



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 2015/07	DATA: 8/11/2007
INÍCIO: 16h16min	TÉRMINO: 19h39min	DURAÇÃO: 3h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h22min	PÁGINAS: 69	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÂNGELO RONCALLI RAMOS BARROS - Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo.
SAVÉRIO PAOLILLO (Padre Xavier) - Representante da Pastoral do Menor.
ANDRÉ LUIZ MORREIRA - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.
CÉZAR AUGUSTO RAMALDES DA CUNHA SANTOS - Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal — GETEP, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
CAMILLE POLTRONIERE SANTANA - Representante da Pastoral Carcerária.
GILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA - Representante do Movimento Tortura Nunca Mais.
ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - Presidente da ASSIMPOL.
RAIMUNDA BATISTA - Mãe de detento.
MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Mãe de detento.
CARLOS AUGUSTO VAGO - Agente Penitenciário.

SUMÁRIO: Diagnóstico sobre o sistema carcerário brasileiro. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Há falha na gravação.
Não houve registro do final da reunião. A gravação foi interrompida.



O SR. COORDENADOR (Deputado Estadual Cláudio Vereza) - Boa-tarde a todos e todas. Em nome da Presidência da Assembléia Legislativa... *(Falha na gravação)* a Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram a pena, a violência dentro das instituições do Sistema Carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais, mais conhecida como CPI do Sistema Carcerário Brasileiro.

Então, em nome da Casa, as boas-vindas a todos os Deputados e Deputadas integrantes da CPI.

Queremos convidar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI; o Deputado Domingos Dutra, Relator da mesma; a Deputada Iriny Lopes — o Deputado Neucimar e Deputada Iriny são Deputados Federais do Espírito Santo —, o Deputado Felipe Bornier, o Deputado Luiz Carlos Busato e o Deputado Ayrton Xerez. Por favor.

Desde já, registramos a presença de representantes da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo; da Pastoral do Menor, na pessoa do Padre Xavier Paolillo; da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Dr. André Luiz Moreira; do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Marta Falqueto; do Comitê pela Erradicação da Tortura, Gilmar Ferreira; da Associação dos Investigadores de Polícia do Espírito Santo, Júnior Fialho, e das integrantes da Coordenação Estadual da Pastoral Carcerária, Camille Poltroniere Santana e Ilma Apolinário.

Sem mais demora, quero passar a presidência dos trabalhos para o Presidente da CPI, Deputado Neucimar Fraga. Quero registrar também a presença do Secretário de Estado da Justiça, Dr. Ângelo Roncalli, com sua equipe presente.

Deputado Neucimar, a palavra é de V.Exa. que é Presidente da CPI. Passo a presidência a V.Exa. para que possa conduzir os trabalhos neste momento da diligência que a CPI veio realizar durante 2 dias aqui no Estado. Parabéns pelo trabalho. Que esse trabalho de V.Exas. possa elucidar todas as demandas da área



do Sistema Carcerário capixaba e trazer à baila as soluções para os problemas enfrentados aqui.

Se V.Exa. me permite ainda, Deputado Neucimar, quero deixar uma palavra pessoal, como membro da Comissão de Justiça desta Casa, de solidariedade a uma pessoa que não é daqui, mas que tem sido vítima, especialmente de matérias da mídia: o Pe. Júlio Lancelotti, um lutador pelas causas dos excluídos brasileiros. E deixo também uma palavra de lembrança e solidariedade a uma pessoa que há muitos anos luta na Pastoral Carcerária pelos direitos humanos, que é a companheira Isabel. (*Palmas.*) Infelizmente, o relatório que trata da companheira Isabel não veio à baila até hoje, e assim ela não pôde fazer a sua defesa diante de diversas acusações que ocorreram.

Mas, Deputado Neucimar, V.Exa. está com a presidência dos trabalhos, eu aqui apenas vim fazer as boas-vindas em nome da Presidência da Casa. Fiquem à vontade, a Casa é de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Boa-tarde a todos. Queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo e ao Deputado Cláudio Vereza, que abriu os trabalhos desta tarde, e parabenizar também o Deputado Cláudio Vereza pela sua luta e pela sua história na defesa dos direitos humanos, na luta contra o crime organizado no Estado do Espírito Santo, enfim, pela sua bandeira de coragem. Parabéns Deputado Cláudio Vereza, em nome de quem agradecemos à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, ao Deputado Guerino Zanon, Presidente desta Casa, e aos demais Deputados que fazem parte desta Casa de Leis.

Queremos também agradecer as entidades aqui representadas e convidar, para compor a Mesa, o Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo. Dr. Ângelo Roncalli. (*Palmas.*)

Agradecemos também o apoio recebido por esta Comissão por parte dessa Secretaria do Governo do Estado. Queremos agradecer também o apoio recebido da Polícia Federal, que está nos acompanhando nesta diligência; aos Subsecretários aqui presentes, na pessoa do Subsecretário Coronel Edson Ribeiro, que é Subsecretário de Justiça, e também ao Dr. Fanelli, que esteve conosco nos acompanhando em toda a diligência.



Queremos, em nome da CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal, agradecer a presença ilustre da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência e Impunidade do Estado do Espírito Santo, parabenizá-la pela sua luta, perseverança, coragem e determinação em buscar justiça para os crimes cometidos, que já foram alvo de denúncia por parte das mães que fazem parte da associação.

Queremos igualmente agradecer aos funcionários da Assembléia que estão nos apoiando e também agradecer à imprensa que está aqui conosco.

Convidamos o Dr. André Luiz Moreira, representante da OAB do Estado do Espírito Santo, para que faça parte da Mesa. Queremos convidar para compor a Mesa o Padre Xavier, representando o Conselho de Direitos Humanos (*palmas*) e também o Sr. Gilmar Ferreira, do Comitê de Combate à Tortura no Estado do Espírito Santo.

Até o momento, não chegou ao nosso conhecimento a presença de algum representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Há alguém presente? (*Pausa.*)

Queremos, então, convidar o Dr. César Ramaldes, representando o Ministério Público do Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

A CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal criada e instalada no dia 22 de agosto deste ano, com o objetivo de fazer um diagnóstico e uma investigação do Sistema Carcerário Brasileiro. Nosso objetivo, com o trabalho que estamos realizando, de audiências públicas nos Estados e visitas ao sistema prisional dos Estados, audiências públicas e debates na Câmara Federal com especialistas de diversas áreas, é buscar um modelo prisional que seja padrão no nosso País e que cumpra com a sua função. Nós entendemos que a função do sistema carcerário é permitir que o criminoso que já foi julgado e condenado pague pelo crime que cometeu, dentro de um sistema capaz de garantir a sua integridade física e que permita que aqueles que já foram julgados, condenados e pagaram pelo crime que cometeram e que queiram voltar para as suas famílias e para a sociedade ressocializados tenham essa oportunidade dentro do sistema prisional.

Então, nós estamos fazendo esse diagnóstico, fazendo uma investigação sobre a população carcerária do Brasil, identificando o IDH dessa população carcerária, investigando denúncias de torturas e violência dentro do Sistema



Prisional, investigando atuações de facções criminosos dentro desse sistema e conhecendo experiências exitosas, desenvolvidas em algumas regiões do Brasil dentro do sistema, experiências que estão dando certo e que possam servir de modelo para todo o sistema prisional.

Nós temos também a convicção de que nem todo mundo que está preso é bandido, é criminoso. Nós temos muitas pessoas que fazem parte da população carcerária do Brasil que cometeram uma infração, um delito em alguma fase da vida, mas a sua índole não é a índole de quem comete crimes o tempo todo. Para nós, o bandido é aquele que vive do crime, que vive para o crime, que é solto ou que foge e está sempre pensando em cometer crimes de alguma forma. Mas boa parte da população carcerária brasileira — nós já estamos identificando isso — são pessoas que cometeram crime em um uma fase de sua vida e que, se bem tratadas pelo Estado, tendo respeitados os seus direitos e sendo reeducadas, poderiam voltar para a sociedade reeducadas e serem integradas às famílias e à sociedade. Essa é a nossa expectativa, é a nossa esperança.

Hoje, nós temos alguns problemas comuns em todos os Estados brasileiros. Nós temos alguns Estados que estão mais avançados do que os outros, mas nós ainda não temos, em nenhum Estado, um modelo totalmente implantado, capaz de cumprir com as suas funções. E o Espírito Santo não é diferente. Nós temos alguns modelos que estão sendo implantados, que poderão servir de exemplo, mas temos os mesmos problemas que encontramos no restante do País. Encontramos aqui um esforço do Secretário de Justiça e do Governo do Estado que, depois de muita luta dos militantes que sempre acompanharam essa questão do Sistema Penitenciário, está investindo, está construindo novos presídios, está implantando novo método de administração penitenciária.

O Brasil não tem a pena de morte como pena máxima, mas só este ano já morreram quase 800 presos dentro do Sistema Prisional brasileiro, um número bem superior ao das mortes ocorridas nos países que aplicam a pena de morte como pena máxima.

No ano passado, foram 980 mortes dentro do Sistema Prisional brasileiro. São números alarmantes, e a CPI está preocupada com esse índice de violência. Estamos discutindo com especialistas um novo conceito de projeto arquitetônico



para os presídios brasileiros, tanto é que temos conosco nesta CPI o Sr. Nataniel, que é arquiteto, especialista e engenheiro também na área de presídios, está nos acompanhando nas visitas para fazer uma análise sobre cada projeto arquitetônico dos presídios que visitamos em nosso País.

Então, o nosso objetivo é trabalhar para elaborar um relatório, apresentar soluções e estimular os Estados e os governantes a entenderem que investir no sistema prisional não é dar regalias para presos. Investir no sistema prisional é garantir a segurança pública da população, porque hoje nós bem sabemos que a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias e do Sistema Penitenciário brasileiro. E nós temos de fazer com que os nossos governantes lancem um olhar mais humano sobre esse sistema, porque nós temos certeza de que a maior parte da população carcerária brasileira, se forem aplicados todos os métodos garantidos pela nossa legislação, poderá ser reeducada ou educada e ressocializada dentro do nosso sistema prisional.

E nós estamos visitando os Estados, conversando com os presos, conhecendo os presídios e abrindo espaços como este, para que a sociedade organizada possa se manifestar. Se houver alguma denúncia, que a façam publicamente nesta Comissão, se assim acharem que seja conveniente, se não, poderemos receber uma denúncia oficial feita a esta Comissão de forma mais discreta. Mas esse é o espaço destinado para que as entidades, para que os familiares de presos, para que os agentes penitenciários, para que a sociedade organizada possa se manifestar a respeito do Sistema Prisional do seu Estado. E para que as entidades que já trabalham, como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Secretaria de Justiça também possam apresentar relatórios estatísticas sobre os números do Sistema Prisional de cada Estado.

É por isso que nós estamos aqui — o Deputado Domingos Dutra, Relator desta CPI, autor proponente da criação desta CPI, Deputado pelo PT do Maranhão; o Deputado Luiz Carlos Busato, do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente; o Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro; o Deputado Ayrton Xerez, do Rio de Janeiro; a Deputada Iriny Lopes, do Estado do Espírito Santo, e outros Deputados que vão se integrar a esta Comissão, na segunda parte do nosso trabalho, amanhã, quando ouviremos depoimentos de presos e de policiais acusados de venderem fugas



dentro do Sistema Prisional capixaba. E nós vamos ouvi-los amanhã, a partir das 9h da manhã, no quartel da Polícia Militar.

Queremos também registrar a presença da Dra. Camille Santana, Coordenadora Estadual da Pastoral Carcerária, e convidá-la para fazer parte desta Mesa.

O outro convidado nosso é o Juiz Dr. Carlos Eduardo, que não sei se já está presente, mas, assim que chegar, está convidado para estar conosco aqui na mesa.

Neste momento, passamos a palavra ao Dr. Ângelo Roncalli, Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo, que fará uso da palavra, apresentando um breve relatório do trabalho desenvolvido por essa Secretaria aqui no Estado do Espírito Santo.

O SR. ÂNGELO RONCALLI RAMOS BARROS - Boa-tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Federal Neucimar Fraga, em nome de quem eu cumprimento os demais Parlamentares; cumprimentar os companheiros da Secretaria de Justiça, o Dr. César Ramaldes, representando aqui a Dra. Catarina, do Ministério Público; nosso amigo Júlio, da Polícia Civil, familiares e sociedade civil organizada.

É importante, Deputado, a criação desta CPI, é importante para o Brasil que os representantes do povo possam conhecer e discutir detalhadamente o Sistema Prisional, porque normalmente o Sistema Prisional só é enxergado quando há uma crise — e, de vez em quando, nós temos uma crise aqui, outra acolá, e aí se voltam todas as autoridades e a população a querer compreender e a dar solução à questão prisional. A crise passa e fica tudo do mesmo tamanho. É preciso que a CPI possa efetivamente, ao seu término, apresentar propostas de mudanças não só legislativas e de orçamento. Nós precisamos resgatar recursos para o Fundo Penitenciário Nacional, que tem a responsabilidade de apoiar os Estados no financiamento dos Sistemas Penitenciários estaduais, e os recursos estão cada vez menores.

Eu me lembro de que, quando diretor do Ministério da Justiça, no último ano, 2003, nós tínhamos um orçamento de pouco mais de 180 milhões de reais. E nós estamos em 2007 e esse recurso não deve passar de 230, 240 milhões de reais. E até foi retirado do Fundo Penitenciário Nacional custas judiciais que foram



destinadas à reforma do Judiciário. E nós da área prisional não gritamos, deveríamos ter gritado, porque isso foi um corte considerável na receita do Fundo Penitenciário Nacional, que eram receitas certas do fundo e que por muito tempo passaram por contingenciamentos e contingenciamentos, ao longo do tempo, que não poderiam, inclusive, ser contingenciados; verbas de loterias, verbas de custas judiciais não poderiam ser contingenciadas. E, ao longo dos governos — não é culpa de um nem de outro —, foi feito esse contingenciamento, e se perdeu muito desse recurso. Então, nós precisaríamos retomar essa capacidade de investimento, porque com 230 milhões ou 250 milhões que o Departamento Penitenciário Nacional tenha, que o Fundo Penitenciário Nacional tenha dá para construir 6, 7, 8 prisões, e nós precisamos de muito mais construções de prisões.

Eu diria — e aqui está o Nataniel, que conhece muito bem, é um arquiteto lá da secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, conhece bem essa realidade — que construir prisão custa caro, basta a gente verificar como é que foi construída a Penitenciária Federal, a que atende aos requisitos da lei. E para colocar os requisitos da lei tem que investir recursos. Nós precisamos resgatar isso.

Aqui no Espírito Santo, nós passamos por um período em que não havia capacidade de investimento na área prisional. Isso começou a ser resgatado a partir de 2003, já na gestão do Governador do Governador Paulo Hartung, e somente a partir de 2004, final de 2004 e 2005, houve a capacidade do Estado de fazer investimentos com recursos próprios na área do sistema prisional. Para os senhores terem uma idéia, hoje, Deputado, nós temos 5 obras em execução, não são obras planejadas, não. São 5 obras em execução. Nós temos a Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim, com capacidade para 652 presos, que já está em processo de construção; nós temos o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim também em construção; nós temos uma unidade para presos de regime semi-aberto, com capacidade para 100 internos, também em processo de construção; estamos concluindo o Centro de Detenção Provisória lá em Viana, que os senhores estiveram hoje visitando, e também ainda em construção a Penitenciária Regional de São Mateus. Então, até o final de julho de 2008, nós teremos cerca de 1.300 vagas em condições de funcionamento. Além dessas obras, que são importantes, porque nelas os senhores puderam perceber hoje, na



Penitenciária de Segurança Máxima 2, uma nova tecnologia, uma nova forma de construir, que privilegia a segurança, que facilita o trabalho do agente penitenciário, que facilita a movimentação dos presos. Então, é esse modelo que nós estamos adotando aqui para o Estado do Espírito Santo.

Além disso, faça-se um registro, Deputado: apenas a penitenciária de São Mateus conta com recursos da União, uma obra de 19 milhões, 8 milhões e um pouquinho são do Fundo Penitenciário Nacional, o restante é do Governo do Estado. As demais obras, todas elas são com recursos próprios do Estado. Não que nós estejamos aqui fazendo uma crítica aos nossos companheiros do Ministério da Justiça. Não. O Ministério da Justiça tem nos ajudado com recursos, fornecendo veículos, projetos na área da recuperação do preso. Nós temos o Maria-Maria para as mulheres; a escola penitenciária teve a contribuição do Ministério da Justiça. Nós tivemos também a implantação do INFOPEN, com o apoio do Ministério da Justiça, mas é que o Ministério da Justiça precisa de muito mais recursos para ajudar os Estados.

Além dessas obras, está planejada para até 2010 a construção do Centro de Detenção Provisória em Itapemirim. Nós já compramos o terreno. E, aí, uma questão que nós precisamos colocar para a Comissão: nós precisamos ter uma legislação em que os municípios sejam obrigados a aceitar a construção de unidades prisionais, até para cumprir o que está na Lei de Execução Penal, que diz que o preso tem que cumprir pena no seu meio social. E, hoje, todos os Estados... E eu digo que o Ministério da Justiça queria construir 5 presídios em 2003 e 2004, que já deveriam ter ficado pronto, mas nós não conseguimos terreno. Inclusive, no nosso Distrito Federal, na época, os Deputados, tanto da Oposição como da Situação, se colocaram contra a construção da Penitenciária Federal no Distrito Federal. Queriam que construíssem a Penitenciária Federal em qualquer lugar, menos lá. Então, isso não é um problema do Espírito Santo ou do Rio de Janeiro ou de São Paulo, é de todos os estados, e nós precisamos ter uma legislação que obrigue isso. E eu acho que o caminho seria o plano diretor das cidades.

O plano diretor das cidades teria de contemplar esses espaços. Na hora de elaborar o plano diretor, deveria ser garantido o espaço para construção de



unidades prisionais, até para que possamos cumprir aquilo que está na nossa Lei de Execuções Penais.

Então, além dessas unidades prisionais, como eu dizia, vai ser construído em Itapemirim, o Estado comprou o terreno, o projeto está em final de orçamentação, já tem o projeto arquitetônico, vai ser licitado. Nós vamos construir também uma outra unidade para presos provisórios na Serra, até atendendo a um anseio da própria população, que pede ao Estado a desativação de Novo Horizonte. E, aí, o Prefeito Aldifas se comprometeu a dar o terreno, localizou um primeiro terreno, houve uma reação, e se está buscando um outro terreno para que se possa lá construir um Centro de Detenção Provisória. E é importante a construção desse Centro de Detenção Provisória não só para abrigar melhor os presos da Serra, como também para dar melhores condições de trabalho aos próprios servidores prisionais que trabalham nos sistema prisional lá de Novo Horizonte. Nós precisamos desativar aquela unidade de Novo Horizonte. E o compromisso do Governo do Estado é, inclusive, Deputado, doar aquele terreno onde hoje é Novo Horizonte para que o Município possa construir uma praça pública, uma escola pública ou dar outra destinação que melhor convier àquela população. Então, há esse compromisso, e a nossa dificuldade é nós estamos com recursos para construir unidade e com dificuldade de localização de terreno.

A outra unidade que será construída, e o Estado já comprou o terreno, é em São Gabriel da Palha. Ali em São Gabriel da Palha, em São Domingos, vai haver também um Centro de Detenção Provisória. E a outra unidade vai ser em Colatina, porque lá em Colatina nós já temos uma penitenciária para presos em regime fechado, mas tinha ainda a PRCOL, que é a Penitenciária Regional de Colatina, com presos provisórios e condenados. Com essa unidade, nós separamos os presos. Então, há uma proposta do Governo do Estado de construção de unidades prisionais. Obviamente, não basta apenas, Deputado Neucimar Fraga, construir prisões. Nós precisamos ter pessoal e gestão.

Para solucionar a questão de pessoal — e há mais de 10 anos não se fazia concurso na área prisional —, está em curso um concurso para 845 novos agentes penitenciários. Contratamos o CESPE, da Universidade de Brasília, para realizar o concurso. E esse concurso está em andamento. Lamentavelmente, os candidatos,



talvez pela falta de prática, por não entender a área prisional, não se prepararam para o concurso, vão sobrar vagas, e nós vamos ter de abrir um novo concurso para poder suprir as necessidades do Estado, contratando, então, esses servidores penitenciários. O Estado criou a sua escola penitenciária, para que naquele espaço possam se formar esses gestores prisionais. E aqui no Estado do Espírito Santo, Deputada Iriny, nós já temos 3 unidades prisionais em que os diretores são servidores penitenciários, agentes penitenciários, que são do quadro da Secretaria de Justiça, que estão sendo preparados e que já têm uma bagagem, já têm uma história no sistema prisional, e estão ocupando esses espaços como diretor da unidade prisional, como assistente de direção, já são servidores nossos do sistema prisional. E a nossa escola penitenciária vai fazer mais formação e tem feito constantemente — está aqui o Dr. César, que tem participado disso com certa frequência — debates sobre assuntos relacionados ao sistema prisional na nossa escola penitenciária.

Mas também não basta apenas — e, hoje, na visita, observamos muito isso — o agente penitenciário. Nós precisamos entender um pouco mais o papel daquelas pessoas que trabalham dentro do sistema prisional. Você tem de ter o agente de segurança, aquele que efetivamente tem de ter o controle das pessoas que entram e da população interna. Nós temos de ter os agentes de recuperação, porque hoje o grande problema do sistema prisional brasileiro, na minha opinião, além da falta de espaços físicos, da falta de investimento, está na falta da clareza de qual que é o papel da prisão.

A prisão serve para guardar indivíduos ou para tratar indivíduos? Se for para guardar indivíduos, o modelo atual serve. Se for para tratar pessoas, nós temos de mudar, criando novas categorias de servidores, que não existem hoje no sistema prisional. O nosso próprio Sistema Penitenciário Federal não contemplou nos seus quadros, não tem quadro de técnicos na área de tratamento penal. Na hora de criar a carreira, criou a carreira do agente penitenciário para fazer o quê? Para guardar o preso, mas não criou os demais profissionais para atuar no sistema prisional. Então, nós precisamos — e é importante que esta Comissão conheça isso com muito mais profundidade. O próprio Ministério da Justiça pode ajudar nisso e as escolas penitenciárias dos Estados, que existem já em alguns, como Rio Grande do Sul,



Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, o Distrito Federal, aqui o Espírito Santo, para que nós possamos mostrar para os senhores quais são as necessidades. Eu sei que os senhores estão visitando, estão percorrendo, estão buscando informações e chegarão a essa conclusão. Nós precisamos ter categorias de servidores a mais dentro do sistema prisional, além daquela relacionada à área da saúde.

Para isso, lá em 2002, fez-se um Plano Nacional de Saúde, que está sendo implementado muito devagar nas unidades prisionais. Aqui, no Estado do Espírito Santo, no ano passado, nós implantamos em 3 unidades prisionais o Programa de Saúde, numa parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, com a Secretaria de Gestão e com uma entidade chamada Instituto Solidário, em que nós temos equipes de saúde atuando dentro das unidades prisionais, em 3 unidades prisionais. E isso não é um privilégio, porque muitas vezes, Deputado, eu já ouvi isso: *“Ah, mas vocês estão dando assistência à saúde ao preso?”*. Mas eu sempre digo o seguinte: se essa saúde não for oferecida dentro da unidade prisional, tirar um preso para levar a um hospital é uma operação de guerra, de escolta, de constrangimento, de problema dentro do hospital para poder acolher aquele preso. Então, essa assistência tem de estar dentro do presídio. Eu sempre digo que o preso não pode bater lá na grade e dizer: *“Dá licença, que eu vou no hospital e já volto para curar minha doença”*. É preciso que se tenha essa assistência básica, obviamente. Nós não podemos criar um sistema hospitalar para o sistema prisional, isso seria um equívoco, mas nós precisamos ter assistência à saúde dos presos. E isso está sendo feito aqui, no Estado do Espírito Santo, embora ainda apenas em 3 unidades, mas nós vamos ampliar no ano que vem, porque precisaríamos testar, criar os espaços físicos adequados, fazer a modelagem do sistema de gestão. No Estado do Espírito Santo, hoje, então, há essas 3 unidades prisionais com atendimento à saúde do preso.

Precisamos também avançar na questão de legislação. O número de presos provisórios que o Brasil tem é muito grande, se considerar que esses presos deveriam permanecer nessa condição por 81 dias. O Dr. César poderia até explicar um pouco mais isso. Então, você tem preso provisório ficando 2, 3, 4 anos. E muitas vezes, senhores, isso é um problema também da nossa legislação. É preciso rever isso aí, ampliar a questão das penas alternativas, o leque de possibilidades para aplicação de pena alternativa, porque dizem, por exemplo — e quem diz isso está



equivocado —, que pena alternativa vai esvaziar prisão. Pena alternativa não vai esvaziar prisão. Pena alternativa pode ajudar a não piorar as prisões, mas esvaziar não vai, porque, se nós temos no Brasil, hoje, 70% de reincidência, 80% como se fala, nós já excluiríamos aí a aplicação de pena alternativa. Então, não é verdadeiro isso. É claro que nós precisamos de penas alternativas, sim, e têm dado resultado. Aqui mesmo, no Estado, há um número grande de pessoas cumprindo pena alternativa. E isso é muito importante para não piorar a situação do sistema prisional. Mas nós precisamos muito mais do que isso.

Então, eram essas as minhas considerações. Nós sabemos que temos um caminho, Deputados, muito longo pela frente para resolver os problemas do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo. Não foi a penitenciária bonita que os senhores conheceram e de que os senhores levarão essa lembrança, mas não é a solução de todos os nossos problemas.

Temos aí ainda um passivo que o Estado está enfrentando com recursos próprios, não que nós estejamos aqui fazendo a crítica à União. Não. Nós queremos a parceria da União e vamos buscar esses recursos. E já nos foram oferecidas 2 unidades prisionais do PRONASCI. Vêm para cá uma unidade para jovens e adultos e a penitenciária feminina. Isso já foi garantido pelo Ministro Tarso Genro e nós vamos construir. Nós devemos entregar agora, até o dia 30 de novembro, a documentação da penitenciária feminina e a documentação da penitenciária para jovens e adultos está dependendo de uma localização de um terreno, que possivelmente vai ser lá em Linhares. Nós estamos buscando esse terreno, para que possamos, então, entregar e não perder esse recurso. Daí a minha angústia da dificuldade de ter terreno. E o Estado não está pedindo terreno, nós estamos querendo comprar o terreno. É preciso que nos indiquem o local para que nós possamos comprar. Obviamente que não seja lá nos rincões do Estado, escondido entre das montanhas, porque nós não podemos esconder a prisão. O ideal de prisão é na margem de rodovias, de acesso fácil aos servidores que lá vão trabalhar, de acesso fácil às famílias que vão lá visitar seus familiares, seus presos, seus entes queridos, e dos nossos operadores do Direito, dos Promotores e Juízes, para que nós possamos ter isso.



E, por último, eu queria fazer aqui um registro, Deputados. É que aqui, no Estado do Espírito Santo, temos um trabalho que eu reputo de muita importância e que talvez seja realmente um modelo. Eu tenho um pouco de receio de falar de modelo disso, de modelo daquilo, porque acho que cada realidade é uma realidade. Mas nós temos aqui uma experiência muito positiva de um trabalho conjunto, respeitada a autonomia, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário do Estado. Não sei se os senhores observaram, na entrada do Complexo de Viana, um prédio escrito lá Núcleo de Apoio do Poder Judiciário. Fala-se muito na videoconferência, há até uma legislação que foi aprovada, e isso já vai ser possível fazer lá. Mas o Presidente do Tribunal de Justiça fez uma normatização para que, a partir da semana que vem, juízes estejam atendendo naquela unidade, evitando assim o deslocamento de preso, porque é um gasto excessivo fazer todo dia movimentação de preso para fora — e, muitas vezes, deixamos de apresentar o preso por falta de pessoal, por falta de veículo.

Eu até tinha um dado interessante, que obtive recentemente em Brasília. Lá, em Brasília, que tem uma população carcerária quase que igual a nossa, foram feitas 26 mil movimentações pelo GPOE, no ano passado — dados que o Mauro me passou lá —, 26 mil movimentações. Imaginem, se nós tivéssemos a teleaudiência já funcionando, se fosse possível fazer isso nas prisões, o quanto que nós economizaríamos com veículos, com pessoas transportando esses presos e até correndo risco de resgate e tal, questões a segurança.

Então, essas eram as minhas considerações e quero me colocar aqui à disposição da CPI para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Ângelo Roncalli. Inclusive queremos informar que agora, às 16h, haveria uma audiência do Governo do Estado, com a bancada federal, com o Ministro da Justiça Tarso Genro, onde seria assinado um convênio de repasse de recursos para o Estado do Espírito Santo, para investimento na área de segurança. Essa é uma emenda de bancada apresentada pelos Parlamentares, nós já tratamos da liberação com o Ministro Walfrido dos Mares Guia na semana passada, e hoje o Governo do



Estado já assina o convênio, recebendo os recursos do Governo Federal para investimento na área de segurança.

Nós vamos, neste momento ouvir o Padre Xavier, representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, que terá o tempo de 10 minutos, prorrogáveis a critério desta Mesa, para fazer uma explanação sobre a situação do sistema carcerário para os presentes.

O SR. SAVÉRIO PAOLILLO (Padre Xavier) - Exmo. Sr. Presidente da CPI, Srs. Deputados Federais, Sra. Deputada Federal, outros membros da Mesa, outros presentes aqui, na realidade, Sr. Presidente, é só uma observação: nós fomos pegos de surpresa, porque não sabíamos dessa audiência, apreendemos a notícia pelos meios de comunicação social.

Mas, desde o início, eu quero parabenizar o trabalho desta CPI. Como padre, como religioso, entendo que além de ser o mandato parlamentar altamente cívico, porque entendo que o grau de civilização de uma sociedade se mede também como essa sociedade trata os seus presos e, sobretudo, o mandato divino. Estava lembrando aqui aquilo que já lembrei noutras oportunidades, o texto do Evangelho de Mateus, 25: *“Estava preso, e você foi me visitar”*.

Falar do preso e de suas condições de vida e, sobretudo, falar com o preso, reconhecendo-lhe dignidade e cidadania, é um gesto profundamente humano, mas sobretudo, autenticamente cristão. É um mandato que, com certeza, este aqui, da CPI do Sistema Penitenciário, que não vai trazer nenhuma vantagem para os Srs. Deputados e Sra. Deputada, porque falar de preso, hoje em dia, no Brasil, é mais fácil apanhar, é sobretudo ser submetido a um processo de criminalização.

E a primeira denúncia que quero fazer à CPI é um processo que nos últimos meses se instalou nesse Estado em relação aos defensores de direitos humanos.

Eu, Padre Xavier, estou aqui no Estado desde 99, trabalhei muitos anos em São Paulo. Cheguei em São Paulo em 85, sou italiano. Fui Capelão do Pavilhão 8 do Carandiru, trabalhei na FEBEM de Imigrantes, de São Paulo, e, em 99, fui transferido para cá, trabalhei nas unidades aqui, fazendo o meu serviço pastoral, e depois nos presídios.

Acho que nestes anos — e são quase 10 anos que eu estou aqui no Estado — tenho prestado, digo isso com humildade, grandes serviços a este Estado, além



do projeto que eu coordeno, que, inclusive, em 2005 recebeu um prêmio de direitos humanos, em nível nacional, da Presidência da República, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é um trabalho de prevenção, porque acho que esse é o grande desafio para impedir que os nossos adolescentes virem adultos detentos, presos. Então, é um trabalho de prevenção para arrancar a nossa juventude da tragédia, da violência, da droga. Mas, sobretudo, acho que tivemos uma atuação importante aqui não somente para tentar amenizar o sofrimento dos presos, mas sobretudo na gestão dos conflitos que foram ocasionados nas grandes rebeliões.

Quero citar somente a rebelião de junho de 2006, primeiro na Casa de Passagem, depois na Casa de Custódia do presídio de segurança máxima. Então, o papel determinante que nós tivemos foi evitar que os reféns aí presentes fossem vítimas de violência por parte dos presos. Sem contar as inúmeras reuniões que nós realizamos. A própria Deputada Iriny Lopes é testemunha, porque ela participou de todas as negociações anteriores.

De repente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, considerados como colaboradores, parceiros deste Estado, de repente fomos criminalizados e colocados em escanteio. Começaram com o caso da D. Isabel, e nós avaliamos que, com certeza, foi um gesto irresponsável por parte dela a fala pelo telefone, que deu origem a uma investigação, a acusações públicas de envolvimento com o crime organizado. Mas, até agora, à distância de 15 meses, nós não temos o relatório final. E nós da sociedade civil organizada é que estamos questionando o poder policial para que dê o relatório final, como disse o Deputado Cláudio Vereza na introdução, a conclusão do eventual envolvimento dela no crime organizado. Não estamos aqui nem para dizer se ela é ou não é culpada, mas que se conclua esse inquérito, porque até agora nada de concreto foi revelado que leve a pensar que ela efetivamente tivesse envolvimento com o crime organizado.

Mas, a partir daqueles fatos, nunca mais nós tivemos a possibilidade de entrar nos presídios. Portanto, neste Estado existe uma alergia ao controle externo do Sistema Penitenciário, o controle exercido pela sociedade civil organizada e, de maneira incrível, pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, nomeado pelo próprio Governador do Estado, embasado em uma lei estadual, a de nº 5.165, de



1995, que reza, em um dos seus artigos, que o Conselho Estadual de Direitos Humanos tem a autoridade de fazer diligência em qualquer presídio do Sistema Penitenciário.

Nós fomos várias vezes impedidos de entrar no Sistema Penitenciário, alegado o motivo da falta de segurança. É verdade. Não é fácil. Mas por isso que eu citei a minha história. Puxa vida, entrei no Pavilhão 8 do Carandiru onde tinha 2.150 presos. Todos vocês, os senhores, desculpem-me, conhecem a história do Carandiru. Na FEBEM da Imigrantes, em São Paulo, tinha 1.250 adolescentes, em média. Entramos nos presídios do Estado até junho de 2006, sem nenhuma dificuldade. Afinal de contas, Deputado Neucimar Fraga, o senhor conhece a região da grande Vitória, e eu tenho um projeto em Central Carapina, na Serra, em Novo Horizonte, em Planalto Serrano. Vivo naquelas comunidades, que são consideradas as áreas mais violentas da Grande Vitória, com altíssimo índice de homicídios.

Portanto, para quem está acostumado a freqüentar aquelas periferias sem segurança nenhuma, entendo que, dentro dos presídios, eu deveria me sentir mais seguro, visto que são áreas de máxima segurança. Mas o impedimento ao Conselho, sobretudo para poder ter essa interlocução com o preso... O Conselho está sendo impedido de poder investigar algumas denúncias de violação de direitos que constantemente são apresentadas pelos familiares.

Acho que nunca nós fomos irresponsáveis, Srs. Deputados, nunca fomos levianos na apresentação das nossas denúncias. Eu fiquei tristemente satisfeito quando, até que enfim, em julho deste ano, se não estiver errado, na famosa Operação Cavalo de Pau (parece-me que é assim que se chama a operação), até que enfim foi descoberto que policiais militares, alguns policiais militares (com todo respeito pela corporação, sobretudo pelos policiais honestos) estão envolvidos na fuga na Casa de Custódia.

Domingo passado, *A Tribuna* trouxe uma informação, a partir de um fato lamentável que aconteceu na Serra, de uma menina cujo cabelo foi raspado, em um bairro da Serra, e ela teve a orelha cortada. Segundo os meios de comunicação, a ordem para tanta violência partiu de dentro de um presídio, através do celular. Inclusive se diz que, provavelmente, o preso acompanhou pelo celular tudo aquilo que aconteceu. E, com grande satisfação, domingo passado, em um jornal, num



veículo aqui, local, tem uma declaração do Secretário de Justiça, que diz que *“acredito que, na maioria da vezes, as entradas de celulares nos presídios são decorrentes das falhas nas revistas. Além disso, existe muita conivência dos policiais e agentes penitenciários, que permitem a entrada dos aparelhos nas celas”* — entre aspas, estou lendo. Portanto, não sei se a imprensa desvirtuou a opinião do Secretário. Pela primeira vez, inclusive, não se fala que foram os familiares. Porque muitas vezes foram os familiares que também foram criminalizados e responsabilizados pela entrada de droga, pela entrada de celulares ou de outras armas dentro dos presídios. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, digo isso com muito sofrimento, porque, como eu citei antes o Evangelho — *“Estava preso e você foi me visitar”* —, eu, um dia, direi a Deus: *“Senhor, eu fui impedido de entrar para fazer o meu trabalho pastoral. Fui impedido de fazer o meu trabalho de fiscalizar”*. É dito para nós que nós temos o direito de chegar na portaria do presídio e de entrevistar qualquer preso que nós desejamos. É verdade. Isso o Secretário sempre nos concedeu.

Mas, para nós, que trabalhamos muito nos presídios, sabemos, Sr. Presidente, que fica extremamente complicado tirar um preso de dentro das galerias, trazê-lo até nós, esse preso apresentar denúncias e depois ter que voltar. Em todos os casos em que nós tivemos entrevista pessoal com esse ou aquele preso, o preso relatou aos seus familiares, depois, que foi vítima de violência no caminho de volta para as galerias. Todas as vezes em que nós denunciemos publicamente eventuais maus-tratos dentro do presídio, é claro que identifica aquele preso como responsável das declarações que foram dadas para nós. Portanto, quem conhece a lei dos presídios, a lei interna... Não digo as regras que devem existir, porque eu defendo que deva ter disciplina dentro dos presídios. Apóio muito o trabalho. Sempre disse para o Secretário que eu gosto muito dele enquanto pessoa. O esforço que ele está fazendo, a sua equipe, a disciplina... Parabenizo-o. Vi pela televisão, porque nem sequer como vice-presidente fui convidado. Fiquei chateado. *“Secretário, o senhor não me convida para visitar os novos presídios. Vi pela televisão. Parabéns pela tecnologia. Acho bonito quando se avança”*. Então, a gente entende que, efetivamente, têm esses avanços. Só que eu entendo, dentro da minha visão pastoral — eu sei que o senhor é um homem religioso, e o Presidente também



—, entendo que o trabalho de resgate, de recuperação do apenado, do preso se faz também pelo cuidado, se faz também pelo contato, pela presença. “*Dirige-me o olhar e eu serei salvo*”, diz a palavra de Deus.

Então, o preso ter a possibilidade de ter um olhar diferente, direto para ele, que não encoberta o crime que ele cometeu, mas que lhe garanta, como o senhor disse na sua introdução, a possibilidade de cumprir a pena que lhe é devida, porque ele cometeu um crime na sociedade, dentro do respeito da sua própria dignidade, que deve ser reconhecida. Então, denuncio aqui e insisto para que a CPI nos apóie nessa briga, nessa luta, para que o Conselho Estadual de Direitos Humanos, legitimamente instituído pelo Governador do Estado, através de um decreto publicado no *Diário Oficial*, respaldado por uma lei ainda em vigor... Inclusive, nem sequer nós recebemos ainda as nossas carteirinhas. Quase faz 1 ano da nossa nomeação. Não recebemos porque nós brigamos para que na carteirinha apareça a transcrição daquele artigo que nos garante a liberdade de visita dentro das unidades prisionais. Parece que, por causa da citação desse artigo, a carteirinha não está sendo liberada. Então, reivindicamos o controle externo por parte da sociedade. Nós, defensores dos direitos humanos, não somos criminosos. Podemos, às vezes, errar. Repito o caso da D. Isabel. A gente não está dizendo. Nós mesmos fizemos um autocrítica. Não somos estúpidos para não reconhecer. Mas é interessante que, mesmo demonstrando que alguns policiais, infelizmente, possam apoiar essa ou aquela fuga dentro do presídio, ao deixar entrar, nem por isso os policiais são impedidos de continuar o próprio serviço de guarda externa.

Portanto, mesmo entre nós, infelizmente, pode se infiltrar alguém de má conduta. E, repito, não estou me referindo à D. Isabel, que eu defenderei até o final, porque eu acho que aí teve, infelizmente, uma coisa sem dolo, sem ela perceber. Mas não acredito no envolvimento dela no crime, porque eu acompanhei todo o esforço dela. Mas mesmo assim não é justo criminalizar todo o movimento de direitos humanos.

Uma outra coisa que eu queria sublinhar no Estado é a questão das celas metálicas. Inclusive, assim denuncio... Eu sei que não é da competência, talvez, da CPI do sistema penitenciário, mas as nossas unidades de internação para adolescentes não são muito diferentes das do sistema penitenciário. Até para os



adolescentes estão sendo utilizados os contêineres. Para quem visita o contêiner de Novo Horizonte, realmente a situação continua desumanizante também dentro do contêiner. E o que nos chateia muito — está aqui o Fialho, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis — é que isso não amenizou o problema da presença dos presos dentro dos DPJs, dentro dos distritos policiais. Lá mesmo, em Novo Horizonte, acho que temos mais de 160 presos no porão da delegacia, mesmo tendo do lado 100 vagas nos contêineres. Então, tudo aquilo que foi dito a respeito do contêiner, que servia como uma medida emergencial para resolver o problema dos DPJs, na realidade a gente entende que, infelizmente, os policiais civis devem conviver com uma situação de alto risco, que é a permanência de presos dentro dos porões das delegacias.

Então, é uma coisa impressionante. Inclusive, em relação a Novo Horizonte, eu gostaria de dizer uma coisa: nós, na época, éramos contrários. Nós nos propusemos a negociar com o Prefeito de Serra a concessão de uma área para construção de um presídio. E o Prefeito concordou desde a época anterior à construção das celas metálicas. Então, nós fizemos a maior pressão. Apanhando pela população da Serra, demos toda a nossa força e o nosso apoio para que o Prefeito passasse uma área para o Governo do Estado, para a construção de um presídio. Não foi possível. Na época, construíram as celas metálicas. A distância de um ano e pouco, vem se dizer agora que as celas vão ser retiradas de Novo Horizonte e colocadas em outro terreno. O projeto custou 1 milhão de reais. É verdade que os contêineres são deslocáveis, mas a base que foi construída é fixa. Não sei quanto foi gasto para construir a base, para fazer todo o sistema de segurança. A gente interpreta como um desperdício de dinheiro público, quando poderia ter sido feito um passo, desde o início, e nós concordávamos. Estávamos pressionando o Prefeito para que concedesse uma área e fosse começada uma construção em alvenaria, que evitasse esse desperdício de recursos, de projetos que, infelizmente, repito, não chegaram a aliviar o sofrimento dos presos e a questão da superlotação.

Então, concluindo — não quero me prolongar muito —, eu gostaria que, no Estado... Então, espero que os senhores possam ter essa oportunidade de falar com os presos. Agradeço, inclusive, o que o senhor disse: que vai interrogar presos,



os próprios presos dentro do sistema, mesmo sabendo que a Casa de Passagem vai ser desestruturada, vai ser demolida. Mas aquilo, para nós, foi um monumento, em todos esses anos, da situação de precariedade do sistema penitenciário. E ainda a nossa preocupação em relação à questão da Casa de Custódia. Inclusive, quero dizer que, na Casa de Custódia, na Casa de Passagem, desde junho do ano passado, é proibida a visita religiosa, o que é uma violação da Lei de Execução Penal. É da Constituição Federal, que é a garantia do direito. Nós entendemos que era por 3 meses. De 3 meses, nós chegamos praticamente de junho de 2006 até agora, e nenhuma instituição religiosa pode prestar um serviço da assistência religiosa aos presos daqueles 2 presídios. A provisoriedade se tornou definitiva. Definitiva. Até agora isso está acontecendo. Inclusive, agora estão sendo liberadas as carteirinhas para as visitas religiosas. Isso foi centralizado na Secretaria de Justiça. Com muita dificuldade estão sendo liberadas as carteirinhas. Mas a outra grande dificuldade é que cada agente poderá visitar um presídio — cada agente de pastoral ou de igreja. E, sabendo da nossa dificuldade de encontrar agente de pastoral em qualquer outra... E eu trabalhei, repito, em São Paulo. Era o único agente. Se tinha a possibilidade de entrar num presídio para fazer a visita religiosa, por que não podia entrar também em outro presídio, visto que ele já estava cadastrado? Então, gostaríamos até que esse discurso da visita religiosa fosse regulamentado, permitindo aos agentes de pastoral, efetivamente, de qualquer igreja, de qualquer confissão, respeitando o credo dos presos, a possibilidade de ter acesso aos presídios. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Padre Xavier e o parabenizamos pela sua luta.

Logo após a fala dos demais convidados, o Secretário de Justiça terá a oportunidade, novamente, de se manifestar. Mas, primeiramente, vamos ouvir a explanação feita por cada um dos nossos convidados.

Queremos pedir desculpas e registrar a presença do Fialho Júnior, que é representante do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Espírito Santo. E queremos, mais uma vez, convidar o representante do Ministério Público, Dr. César Ramaldes, para que esteja conosco aqui na Mesa. S.Sa. vai também fazer uso da palavra em seguida.



Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. André Luiz Moreira, representante da OAB do Estado do Espírito Santo.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA - Deputado Neucimar Fraga, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa, gostaria de dizer que, na verdade, o Padre Xavier quase que encerra as questões, na fala dele, sobre os problemas do sistema prisional do Estado do Espírito Santo. O Padre Xavier, como bom religioso e orador que é, conseguiu ser sucinto e ao mesmo tempo profundo nas reclamações que faz. Queria fazer apenas alguns aditivos à manifestação do Padre.

Primeiro, para dizer que o mesmo processo de criminalização que sofre o preso, ou a criminalização que sofre o cidadão inicialmente acusado de uma situação e que é colocado dentro do sistema prisional, e que, a partir daí, passa a tomar contato com toda aquela situação permissiva e insalubre que é o sistema prisional, passamos também nós, membros e representantes de órgãos de defesa de direitos humanos. Basicamente, através dessa denúncia que foi feita contra a D. Isabel, se criou uma idéia de que todo mundo que é relacionado a direitos humanos ou é permissivo com o preso, ou é amigo de bandido, ou participa do crime.

Inclusive, para minha tristeza, o jornal *Notícia Agora*, na época em que houve a denúncia contra a D. Isabel... Denúncia essa que não foi até hoje concluída. O relatório permanece sem solução. Se a D. Isabel é culpada de alguma coisa, ela pode ser culpada pelo pior crime do mundo, mas ela não tem... O Estado não tem o direito de fazer com que ela permaneça até hoje sem que a culpa dela tenha sido formada e sem que um processo judicial tenha sido imposto contra ela, porque hoje ela permanece refém de um inquérito inconcluso. Infelizmente, a gente vê isso. Nós também sofremos isso, porque o jornal *Notícia Agora*, na época, estampou na sua primeira página a seguinte manchete: *Direitos Humanos a serviço do crime*. “Ah, não foi isso o que o *Notícia Agora* quis dizer”. Mas foi isso que ele disse. Todos nós fomos criminalizados.

Padre Xavier, essa informação que o senhor me dá agora, de que somente vão poder os religiosos, nas visitas religiosas poderá ir somente um em cada sistema, me parece partir do pressuposto de que, se forem todos às unidades e puderem ir a outras unidades, vão levar informações. Parece-me isso, porque isso é dito para os advogados. Os advogados também foram criminalizados. Os advogados



criminalistas, que têm clientes dentro do sistema, foram criminalizados e são acusados, sem prova, de serem... de fazerem tráfico de informações dentro do sistema.

Então, quando o advogado faz algum requerimento acerca da situação do seu cliente, ele passa, então, a ser encarado também como um inimigo do sistema prisional, um inimigo da administração prisional. É óbvio que, como houve aqui... Nós temos aqui a situação de um juiz que foi considerado criminoso e que tinha problemas em relação ao sistema prisional. É óbvio que, evidentemente, numa categoria tão grande como a dos advogados, possa haver um ou outro advogado que faça alguma irregularidade. Irregularidade essa que tem que ser objeto de ação criminal e objeto de representação junto à OAB.

Mas o que tem acontecido é que, antes de qualquer coisa, os advogados são considerados partícipes, são considerados colegas de crime dos seus clientes; inclusive, alguns clientes sequer tiveram a sua culpa formada ainda. Isso tem acontecido. Tem acontecido conosco, membros do Conselho de Direitos Humanos e representantes de entidades de direitos humanos. E isso é uma prática. Eu poderia tentar concluir ou tentar sintetizar com a seguinte expressão: matem o mensageiro. Toda vez, Deputados, que a gente não gosta da mensagem, às vezes, e a gente não pode fazer nada em relação a ela, é fácil, é só matar o mensageiro, a mensagem acaba. Fizeram isso com o Conselho de Direitos Humanos, Conselho Estadual de Direitos Humanos, que é órgão superior da administração pública estadual. Foi impedido de ingressar na Casa de Custódia para verificar uma denúncia concreta de uma cela de castigo. Uma cela de castigo sem ventilação, com presos... mais presos do que poderia haver, em situação de insalubridade. Concretamente, isso aconteceu numa data em que fizemos uma visita, em que ouvimos um grupo de presos, como nos pediu o Secretário. E depois de ouvi-los nós pedimos para fazer a checagem desse fato concreto dessa cela e fomos impedidos de ingressar nesse sistema. A partir daí, esse impedimento, pelo que sei, agora também atinge um outro presídio complicado, que é o presídio de Linhares, onde o Conselho também foi impedido de ingressar.

É bom lembrar que V.Exas., no plano federal, acabaram de promulgar um decreto legislativo que torna parte do sistema jurídico interno, do sistema jurídico



nacional o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU Contra a Tortura. Esse protocolo prevê sistemas domésticos de fiscalização das condições de presídios e é específico para isso. Esse sistema doméstico de controle é exatamente aquilo que o Conselho é, é exatamente aquilo que a lei que instituiu o Conselho prevê: um órgão composto, como na Carta de Paris, por maioria de representantes da sociedade civil, mas composto também de representantes do Estado, que tem autonomia, em relação ao Estado, com capacidade de fazer fiscalizações e inspeções em órgãos e instalações de presídio — seja presídio para adolescente, seja presídio para maiores de idade, mas com essa capacidade. V.Exas. aprovaram. Esse decreto legislativo já é parte do nosso sistema jurídico.

Nós temos, aqui no Espírito Santo, um órgão que já tem essa forma; portanto, foi recepcionado pelo decreto legislativo. E esse órgão tem sido impedido de exercer sua função. Mataram o mensageiro. Então, não existe mais denúncia de tortura? Lógico. O Conselho não pode mais adentrar os sistemas. Então não pode mais fazer as denúncias. Mesmo assim nós conseguimos, em alguns casos, receber denúncias — denúncias de familiares, denúncias de advogados e denúncias em que nós presenciamos...

Como no presídio de Colatina, o presídio público de Colatina, em que, numa visita — e aí, dessa vez, nós conseguimos adentrar o presídio, esse presídio, não nos foi vedado entrar nesse; nossa vedação hoje é Casa de Custódia e Presídio de Linhares —, a gente descobriu uma cela chamada Corró. Corró é a cela correcional do presídio de Colatina. É uma cela também sem ventilação, no meio de um corredor que não tem acesso direto à luz direta do dia. Os presos nos contaram que ficam ali em posição de crucificação ou asa delta. Os senhores devem imaginar. Crucificação é mais fácil de pensar, mas asa delta é uma mão em cima, outra embaixo. E eles ficam ali por algum tempo para poder começar a, talvez, pensar em alguma irregularidade que tenham cometido lá. E são tratados dessa forma.

Então, Corró é um sistema que tem lá na penitenciária de Colatina, Penitenciária Regional de Colatina. Nós também, em visita à penitenciária, hoje privada, em Colatina, uma outra unidade do sistema, também presenciamos. E, aí, eu presenciei, e pedi ao diretor do sistema que regularizasse aquilo, uma cela chamada Chapão. A cela chamada Chapão é uma cela em condições totalmente



insalubres, que não tem acesso à luz do dia. Por quê? Não porque a cela não tivesse condição, mas porque foi colocado um chapão de ferro na frente da cela, um chapão furado, igual a gente faz com caixa de animal, para que ele pelo menos respire. Essa cela foi aberta para nós e nós verificamos que também a saída do lado contrário da porta da cela estava fechada. Então, as grades estavam fechadas. É uma cela onde, segundo o relatório dos presos, é colocado ali o sujeito que está nervoso, para ele pensar um pouco na vida. Outra cela de castigo, dentro do sistema prisional, numa penitenciária privada. Isso nos preocupa muito.

Depois eu quero fazer só uma reflexão com os senhores em relação à penitenciária privada, mas lembrar, voltar ao ponto de que a presença do Conselho, a presença da comunidade, a presença das visitas religiosas não impede a execução penal, não impede... não cria problemas de segurança no sistema. Na verdade, essa presença é a garantia de segurança no sistema, porque a segurança do sistema é a segurança de todos nós. Mas é também a segurança dos presos, porque nós sabemos muito bem que presos maltratados, presos não submetidos a um sistema de recuperação — a pena deveria ser considerada como sistema de recuperação — vão voltar ao sistema, vão voltar, porque a pena tem sempre um limite. E se eles não morrerem...

Como nos lembrou o Deputado, a nossa pena de morte é real, apesar de não ser legal; morte sem pena, ou dentro da pena, no cumprimento da pena. Mas, se eles não morrerem, voltarão ao convívio social. E os números dizem aí: 70% de reincidência. Isso não é nenhuma novidade. Então, na verdade, nós pedimos — é uma denúncia que fazemos à Comissão — que isso não se popularize, que essa prática de afastar o controle externo não se popularize, que isso seja observado para que não aconteça em outros Estados. Para nós, isso é muito complicado. Nós temos denúncias, ainda, de que isso continua acontecendo. Continuam acontecendo as torturas, mas elas já não refletem mais. Inclusive, eu tenho um dado aqui, depois do nosso impedimento, uma denúncia que foi feita diretamente ao jornal. Inclusive foi mandada por um celular de preso. Celular que, em tese, não poderia estar dentro do sistema; mas também, se não estivesse, não teria sido denunciado. Nós vivemos neste mundo perverso em que, se o preso não descumprir uma regra da execução penal, ele não denuncia a tortura. Isso é uma situação... É totalmente impossível



conviver com isso. O último ponto que eu quero abordar é essa questão do sistema penitenciário privado. A Ordem tem uma posição já de 10 anos. O Conselho Federal da Ordem já se colocou nessa posição. A Ordem é contrária à privatização dos serviços penitenciários, por um motivo muito simples: a Constituição não permite que atividades que são atividades-fim do Estado possam ser objeto de terceirização. Então, é muito claro para a Ordem que as atividades-meio podem ser terceirizadas, como fornecimento do colchão, fornecimento da alimentação, fornecimento de alguns serviços terceirizados, como serviço médico, por exemplo, que poderia ser terceirizado. Mas a função disciplinar e a função de custódia não podem sair da mão do Estado, a não ser que a gente mude nosso sistema de Estado, a não ser que a gente deixe de ser uma República e volte atrás 500 anos e se torne de novo... e volte de novo ao sistema feudal, onde a pena era aplicada pelo particular. A privatização do sistema já é uma realidade no Espírito Santo, em 2 unidades penais. E nós pudemos ver nessa unidade de Colatina algo que me preocupou pessoalmente: o fato de que o conselho interno da penitenciária, o Conselho Disciplinar, tem membros que são da empresa que privatiza o serviço, que presta o serviço na forma privatizada.

Então, o Conselho Disciplinar é aquele que julga as punições que os presos... ou as infrações dos presos, para saber se eles cometeram ou não infrações e, aí, aplicar a punição. Como eu posso deixar isso na mão da empresa que administra o sistema? Administra não como ente público, mas como prestadora de serviço. O Conselho Disciplinar, então... A disciplina é função essencial, privada, exclusiva do Estado. Não pode ser terceirizada, como não se pode terceirizar a segurança pública, como não se pode terceirizar a fiscalização de tributos. E o Conselho, em Colatina, segundo informação da própria direção da empresa, é composto de 2 membros que são funcionários públicos comissionados e de 3 membros — um advogado, uma assistente social e um psicólogo — que são empregados da empresa que privatiza o sistema. Mais especificamente em relação aos advogados, nós temos um problema sério. Nessa penitenciária de Colatina, um advogado, que foi empregado da empresa, nos fez uma denúncia contundente, inclusive denúncia documentada, de que houve tortura durante o período em que ele trabalhou lá, prestando serviço aos presos. Ele era contratado para prestar serviço aos presos.



Aí, eu logo pensei o seguinte: esse sujeito fez isso porque foi demitido. E perguntei a ele se ele tinha prova disso. Ele me juntou os ofícios que ele fez à Direção da penitenciária de Colatina, em que ele denunciava exatamente o que os presos vinham dizendo para ele. Quer dizer, ele não é testemunha ocular de nenhuma dessas denúncias, mas ele denunciou isso à Direção da penitenciária. E, segundo informações dele, não houve nenhuma medida adotada.

Então, fazendo essas reflexões, pedindo aos senhores que avaliem essa... Tanto pelo aspecto legal quanto pelo aspecto da efetividade, o problema que é afastar os Conselhos de Direitos Humanos da fiscalização do sistema, eu coloco também nos senhores muita esperança de que esta CPI possa... Se não vai resolver... Porque esse problema não é um problema de hoje, não é um problema de 10 anos. É um problema muito anterior, problema penitenciário. Mas que os senhores considerem essas nossas ponderações e que possam, efetivamente, lançar uma luz no fim desse túnel terrível, que é o túnel do sistema prisional nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. André pela sua participação, pela sua luta.

Claro que todas as denúncias que chegarem a esta Comissão serão objeto de investigação. Inclusive, queremos solicitar ao mesmo que possa enviar a esta Comissão a cópia desses documentos repassados por esse representante que fez a denúncia, para que nós possamos dar prosseguimento às investigações nesta Comissão.

Vamos passar a palavra, neste momento...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu gostaria de solicitar tanto ao Dr. André como ao Padre Xavier e aos demais depoentes que possam encaminhar à Comissão, se possível hoje, toda documentação que tiverem. Depoimento de presos, matéria de jornais, a lei estadual a que o Padre fez referência, que garante



ao Conselho o direito de acesso ao sistema penitenciário, enfim, todos os documentos que os senhores tiverem serão bem-vindos à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos também comunicar aos presentes que, logo depois de os nossos convidados fazerem as suas explanações, qualquer pessoa presente nesta audiência poderá também fazer uma denúncia ou fazer uso da palavra, assim que estiver inscrita. Peço à secretaria desta Comissão, ao Camilo, que possa fazer as inscrições das pessoas interessadas em falar nesta audiência pública.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. César Augusto Ramaldes, representando aqui o Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Com a palavra o Dr. César Ramaldes.

O SR. CÉZAR AUGUSTO RAMALDES DA CUNHA SANTOS - Primeiramente, boa-tarde a todos os componentes da Mesa. Dirijo-me, em especial, ao Deputado Neucimar, Presidente da Comissão, estendendo este cumprimento a todos os demais, em especial aos Srs. Deputados que vieram conhecer a nossa realidade, prestigiar a nossa terra, conhecendo as nossas dificuldades e, com certeza, a partir daí, poder, de mãos dadas, junto com o Poder Executivo do Estado, junto com os demais componentes do sistema de justiça, construir um modelo novo para o sistema prisional.

Não podemos ser egoístas e pensar só no Estado do Espírito Santo, mas sim num modelo diferente do atual para todo o Brasil, porque, afinal de contas, onde melhorar vai refletir como um todo. E nós não podemos pensar de forma segmentada, de forma isolada e tentar construir olhando só para este ambiente isolado. Nós temos de imaginar como o todo, para que o todo possa funcionar de forma mais harmônica, de forma a integrar todas as pessoas, em especial aquelas que hoje sofrem o dilema de serem excluídas da sociedade, em um processo de execução penal.

No âmbito do Ministério Público, eu me refiro a um posicionamento que nós temos adotado desde a criação, desde a instalação do grupo de execução penal, que foi uma das preocupações da então... da atual Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Catarina Cecin, que é modificar, apresentar para a sociedade capixaba um modelo diferente de atuação do Ministério Público no âmbito da execução penal. E



um dos primeiros grandes problemas que nós enfrentamos, com bastante inexperiência até, mas, ainda assim, podendo juntar forças tanto com o Poder Executivo, quanto com a Polícia Militar, quanto com as pessoas que estavam envolvidas, os funcionários, quanto com os representantes da sociedade civil, foi a rebelião na Casa de Passagem, a que o Padre Xavier até fez referência. E felizmente, ou infelizmente, aconteceu uma vítima fatal, mas depois de muita conversa, que a gente pode chamar de negociação, depois de muito *stress*, acabou; e as pessoas que estavam lá sendo mantidas foram liberadas. Infelizmente, logo a seguir, acontece a nova rebelião lá no presídio de segurança máxima e que pôde ser acompanhado parcialmente por nós — o Padre Xavier esteve mais presente —, e também de conseqüência trágica. Afinal de contas, 2 pessoas vieram a óbito e o patrimônio público, também, foi, mais uma vez, destruído. Felizmente, numa visão moderna, a Secretaria de Justiça, o Estado, apresenta, em determinado momento, disposição de reformar aquele presídio, construir outros presídios, dentro do cronograma da perspectiva que o Secretário de Justiça colocou.

Faço referência a essas obras no sentido de apresentar para todos o posicionamento do Ministério Público de unir esforços no sentido de discutir.. de conhecer o sistema prisional e de discuti-lo como um todo, de forma macro e não de forma apenas isolada, conhecendo...

A partir daí, desse conhecimento, poder, de forma mais técnica, apresentar propostas concretas, para que nós possamos transformar o que é velho, esse modelo que, como bem disse o Secretário, é apenas para segurar presos, e, algumas das vezes, apenas com a utilização de armamento pesado ou armamento já um pouco desatualizado, mas... Num determinado momento, apenas com isso. Mas transformar esse velho que nós temos em algumas unidades em um sistema moderno e que realmente trate a pessoa que está recolhida. E é esta a nossa preocupação: acompanhar; propor; em determinados momentos, intervir; e, como já disse mais de uma vez, em ambiente de reunião fechada com o próprio Secretário, com os juízes da execução penal, até mesmo nos intrometendo, respeitando, e muito, a atribuição de cada um. Afinal de contas, nós não temos pretensão de ser Secretário de Justiça e de nenhuma outra área do Governo. Até porque não podemos, por força legal. Não queremos ser juiz de Direito, porque fizemos



concurso para representante do Ministério Público. Mas entendemos que, dentro do papel fiscalizador do âmbito da execução penal, nós podemos, e devemos, além de fiscalizar, além de pedir, além de exigir, propor alternativas. E, muito embora em determinados momentos não apareça de forma mais cristalina a nossa atuação, até porque nós não temos tanto interesse em estar constantemente na mídia, até porque os nossos afazeres são tantos que não nos permitem esse luxo, esse trabalho tem tido resultado muito positivo, desde a questão do acompanhamento, com relação ao fornecimento de alimentação, a questão estrutural de cada um desses presídios. E eu diria... Como bem se expressou o Padre Xavier, sem modéstia alguma, esse cronograma de obras que é apresentado pela Secretaria de Justiça, eu não tenho dúvida nenhuma em dizer para os senhores, se reflete muito na atuação do Ministério Público, desde a criação do grupo de execução penal. E é uma preocupação nossa também, quero deixar claro, a participação da sociedade civil organizada como integrante desse sistema, que não pode se formar só de um tripé, mas tem que ter um quarto atuante muito forte, até porque a própria Constituição Federal assim o prevê — a Lei de Execução Penal, que foi absorvida pela legislação nova, pela Constituição Federal, também prevê —, que é a participação da sociedade civil organizada, através dos conselhos penitenciários, dos conselhos de comunidades e também dos conselhos dos direitos humanos, das pastorais, dos movimentos religiosos. É uma preocupação nossa, muito embora, em determinado momento, ainda não tenhamos êxito total, conforme as reivindicações do Padre Xavier, em especial em alguns presídios de que temos conhecimento. E não podemos esconder de ninguém — até porque é muito grande para tentar colocar debaixo de um tapete — que algumas unidades, infelizmente, não permitem, às vezes, até, e é de se reconhecer, a entrada do agente penitenciário, a entrada, às vezes, da força pública, com menos mobilização ainda. É difícil. Tem que haver um aparato policial mais pesado para que se consiga isso.

Mas nós temos que construir um modelo diferente. Essa é a nossa preocupação. E com essa... a perseverança no diálogo, a perseverança na discussão, é que a gente pretende, junto com os outros integrantes desse sistema de justiça, trazer também a sociedade civil para discutir, interagir, participar; e trazer para a sociedade comum, para a sociedade não organizada, para o cidadão comum,



o sentimento de que a punição é necessária, o cumprimento de pena tem que se dar de forma digna. E, um dia, aquele que cumpriu a pena estará no meio de nós, estará no meio desta sociedade. E nós temos que criar mecanismos para acolher bem essa pessoa.

Então, é essa a preocupação, no âmbito do Ministério Público. Detalhar a nossa atuação certamente vai tomar muito tempo dos senhores. Talvez este não seja o momento adequado. Mas é muito vasto, desde a necessidade, o acompanhamento, com relação a possíveis delitos cometidos dentro do sistema, com a instauração de vários procedimentos, com a conclusão de alguns deles, infelizmente, com a conclusão positiva de alguns desses procedimentos, com a instauração de procedimentos que visem acompanhar permanentemente e fiscalizar de forma permanente o fornecimento de alimentação, o fornecimento de medicamento para as pessoas. E esse acompanhamento, essa intervenção já resultou em frutos concretos e palpáveis, a partir da criação dessas equipes de saúde, conforme o Secretário já disse. Ele não fez referência à questão da unidade de saúde penitenciária lá do complexo, que está em vias de ser reformada, ante a ocupação provisória por presos, e à construção de um setor de isolamento para doenças infecto-contagiosas dentro do Complexo Penitenciário de Viana.

Nós percebemos que, com esse modelo de trabalho que a gente procurou desenvolver dentro do Ministério Público, as ações se tornam mais efetivas, se tornam mais concretas. E, tendo a percepção, tendo a clareza de que a fábrica de dinheiro que existiu em Governos anteriores, neste Governo, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, não vai ocorrer, porque as conseqüências futuras... Hoje nós estamos pagando pelos desmandos anteriores. Como bem disse uma pessoa, quando economistas tentaram tomar conta da política, acabaram criando sérios problemas para a nossa sociedade como um todo; e, como se coloca no âmbito federal, com uma dívida impagável. Então, para que se construa, nós precisamos pleitear orçamentos sérios, orçamentos executáveis, viáveis. E é isso que a gente tem construído no âmbito do Ministério Público. O que nós pensamos e o que nós executamos, no âmbito de execução penal, é isso. É um ponto que a gente deseja construir mais. Mas o volume de serviço é tal que a gente ainda não pôde sair um pouco mais. É trazer mais ainda a discussão, a sociedade civil organizada para



próximo, para mais perto do sistema prisional. Mas essa dificuldade com relação a tempo não significa que nós não estejamos de braços abertos, com as portas abertas para ouvir sempre e buscar interação constante e permanente junto com o Poder Público, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no âmbito do Poder Judiciário, para que a gente possa construir, dentro do Espírito Santo, um modelo diferente de execução penal, mesmo com essa legislação que a gente vê como anacrônica, como benéfica em determinado momento, como prejudicial também em determinado momento. São essas as minhas palavras para os senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. César Ramaldes.

Queremos, neste momento, passar a palavra à representante da Pastoral Carcerária do Estado do Espírito Santo, Sra. Camille Santana.

A SRA. CAMILLE POLTRONIERE SANTANA - Boa-tarde a todos. É com muita satisfação que estamos aqui representando a Pastoral Carcerária.

Uma primeira observação que nós gostaríamos de fazer, reforçando as palavras de Padre Xavier e de Dr. André, é a questão da prestação da assistência religiosa nos nossos presídios. Estamos tendo uma enorme dificuldade de acesso nas penitenciárias. Sabemos que agora teve a portaria regulamentando a assistência religiosa no Estado.

No entanto, estamos tendo uma dificuldade na expedição das carteirinhas. Pegando um exemplo, nós sabemos que as carteirinhas começaram a ser expedidas aqui, na Grande Vitória, e o projeto religioso começou a se estender para o interior. No interior, as visitas eram feitas regularmente.

Acredito que a primeira penitenciária em que começou a ser feito o cadastro pelo projeto religioso foi a Penitenciária Regional de Linhares. Quando o projeto religioso chegou lá, as visitas ficaram suspensas até que as carteirinhas fossem liberadas. Os agentes providenciaram a documentação. Foram entregues as documentações. Só que hoje está muito difícil o acesso dos agentes penitenciários — esse é um exemplo da Penitenciária Regional de Linhares — para que seja realizada assistência religiosa. A gente sabe que nós não estamos ali para fazer... não estamos fazendo um favor, assistência religiosa, que está prevista em lei. Contudo, já foi muito bem falado por Padre Xavier, estamos tendo essa dificuldade.



Os agentes penitenciários da Grande Vitória — uma boa parte — já receberam a carteirinha. Uma outra parte teve alguns erros e está aguardando a retificação. Mas ainda não foram devolvidas. Outro ponto é: por que os agentes penitenciários, os agentes de pastoral carcerária da Grande Vitória só podem ser autorizados a fazer a visita a um presídio? Por que faz a visita a um presídio e não pode fazer a outro? Por que essa autorização não pode ser concedida para todos os presídios da Grande Vitória? Autorização por agente de pastoral. Então, esse é o nosso apelo, em nome da Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária. Essa é a dificuldade que estamos tendo, de um modo geral, no acesso aos presídios do Espírito Santo.

Até temo que o mesmo venha a ocorrer nas penitenciárias de Colatina, Barra de São Francisco e Cachoeiro de Itapemirim, porque o projeto religioso ainda não chegou lá. Os agentes penitenciários foram cadastrados informalmente na administração do presídio, e o projeto religioso não chegou lá.

Então, a minha preocupação é que, quando o projeto chegar até lá, também sejam suspensas as visitas, como aconteceu na Penitenciária Regional de Linhares, onde os agentes ficaram suspensos por aproximadamente 3 meses em fazer a visita. Outro ponto é que nós não temos local apropriado dentro dos presídios para que seja prestada a assistência religiosa. Também é um apelo nosso, mas que também já foi bem frisado por Padre Xavier e Dr. André. Um segundo ponto que nos causa preocupação é a presença de menores, os menores infratores, que estão recolhidos dentro da Penitenciária de Barra de São Francisco. É uma situação um tanto quanto preocupante o número de menores que tem lá. Os menores masculinos ainda estão recolhidos em ala separada.

Agora, nós sabemos que os menores femininos estão recolhidos junto às mulheres presas. Então nos causa preocupação. Sabemos que, em maio ou abril, provavelmente, deste ano, um menor foi morto lá dentro da penitenciária, foi morto com requintes de crueldade. É uma situação que causa preocupação à Pastoral Carcerária. Então, são 2 pontos que nós queremos afirmar neste dia. Só isso. Obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos agradecer à Dra. Camille Santana, representante da Pastoral Carcerária no Estado do Espírito Santo.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Gilmar Ferreira, aqui representando o Movimento Tortura Nunca Mais.

O SR. GILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA - Quero cumprimentar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão, assim cumprimentando também as autoridades federais aqui presentes. Cumprimentando o Secretário Ângelo Roncalli, eu cumprimento as autoridades estaduais. Cumprimentando o meu amigo Padre Xavier, eu cumprimento todos os lutadores do povo presentes nesta Casa.

Primeiro, eu quero dizer que nós não estamos trazendo nenhuma novidade aqui, nesta audiência, porque vários relatórios já foram feitos aqui por diversas Comissões que vieram, que passaram por aqui. Eu me lembro de algumas delas. Passou por aqui uma Comissão de Parlamentares que veio fazer um relato do sistema prisional, por ocasião de um relatório divulgado pelo Juiz da Vara das Execuções Penais Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos. Passou por aqui também uma comissão de Brasília, junto com uma relatora da ONU, chamada Dra. Asma Jahangir. Passou por aqui também o conselho nacional de defesa da pessoa humana. Então, o que nós estamos trazendo aqui, Deputado, não é nenhuma novidade. E, no Governo Federal e no Legislativo Federal, esses relatórios são de conhecimento de muita gente. Está em algum lugar. Eu me lembro de que, numa dessas visitas da qual participou o Ministro Secretário Especial de Direitos Humanos, ele foi chamado de turista, no Espírito Santo, por autoridades aqui, deste Estado.

Eu diria que, primeiro, fazendo esse registro, não tem novidade naquilo que está sendo apresentado aqui para nenhuma autoridade. Quando nós falávamos dos contêineres, os contêineres nós discutíamos e dizíamos o seguinte... Aí eu fui buscar uma definição do *Aurélio*: contêiner é nada mais do que material acondicionado para armazenar mercadoria. E as autoridades, na época, diziam: mas contêiner é uma coisa nova, que se usa em vários setores da sociedade. Em vários países é uma coisa muito normal e, por sinal, muito bonita. E quando foi nos apresentado o projeto lá na serra, foi-nos apresentado um projeto arquitetônico com muita maquiagem feita no computador, que parecia uma coisa muito legal mesmo.



Depois, a história vem mostrando o que eram os contêineres. Então, diziam que os contêineres... Que não havia condições de rebelião, que não havia condições disso ou daquilo. E tudo veio acontecendo depois, normalmente. Primeiro, aquilo foi realmente colocado de cima para baixo. Alguém quis dar uma solução para o problema prisional de uma forma... fazendo uma surpresa. A gente pode ver... Até sugeriria aqui a esta Comissão que, se tivesse a oportunidade de conhecê-los...

Também tinha uma orientação do conselho nacional dos direitos da pessoa humana, que veio aqui, de que o Governo não utilizasse esse método, esse instrumento, essa invenção, essa criação de autoridades daqui, porque considerava que ela feria alguns princípios da Lei de Execuções Penais. No entanto, eles foram instalados e estão aí, prevalecem.

Nós estamos recebendo informações de que tem um módulo desses instalado perto do Hospital Adauto Botelho, que lá as coisas continuam acontecendo a todo vapor, violações de direitos humanos a todo vapor. Nós não estivemos lá para verificar, mas recebemos essa informação. Eu diria que a gente teve...

O caso de Isabel, independente de qualquer coisa, assim... Isabel hoje está vivendo seu exílio político, está vivendo no ostracismo, e o que fizeram com ela, independente de se o inquérito for concluído, independente do resultado dele... O estrago é irreparável. O estrago é irreparável na vida de Isabel, sob todos os pontos de vista: do ponto de vista legal, do ponto de vista do Direito, do ponto de vista psíquico, do ponto de vista social. O estrago é irreparável. Não há mais como o Estado reparar o que fez com a Isabel. Em março de 2006, foi assinado, aqui, no Espírito Santo, pelo Governador do Estado, pela Procuradora de Justiça, pelo Tribunal de Justiça, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, por autoridades daqui, por diversos de nós, inclusive pelo Secretário Especial de Direitos Humanos, o Termo de Adesão do Estado do Espírito Santo ao Plano de Ações Integradas de Combate à Tortura e à Violência Institucional.

Esse Termo traz 2 coisas fundamentais: primeiro, as autoridades reconhecem, repudiam a prática da tortura; segundo, elas se comprometem a lançar mão de instrumentos de combate à violência e de combate à tortura. Bom, se nós pegarmos depois os elementos que foram postos...



E aí eu vou falar especificamente do caso que envolveu a Força Nacional de Segurança. Por que eu vou falar sobre ele? Porque eu já apresentei esse relatório em 3 oportunidades: eu apresentei esse relatório em Brasília, numa audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal; depois, no Encontro Nacional de Direitos Humanos, promovido pela Câmara Federal; e aqui, numa audiência pública, promovida pela Comissão de Segurança da Assembléia. Esse relatório, ele surge da seguinte forma.

Primeiro, o caso já narrado, de que foi o período de rebeliões na Casa de Custódia e que a Força Nacional foi chamada. Isso ocorreu em junho de 2006. Quando recebemos as informações, uma comissão esteve no local, elaborou um relatório, ouviu os familiares, encaminhou ao Ministério Público e às autoridades locais, o Ministério Público solicitou os exames de lesões corporais dos presos. Nós tivemos acesso a 85 laudos, 72 deles com marcas características da prática de tortura. Este mesmo relatório, com os laudos periciais, com todo o processo feito pelo Ministério Público Estadual, nós encaminhamos à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A Secretaria solicitou ao Instituto de Antropologia Forense da Polícia Civil do Distrito Federal, que elaborou um segundo relatório. E este segundo relatório confirma várias das ações ali previstas pelo Ministério Público local, mas ele traz algumas constatações. Primeiro, todos os laudos foram assinados por 2 peritas do Instituto Médico Legal do Espírito Santo.

Os laudos não tratam da tortura psicológica. Boa parte dos laudos não trazia o histórico. Isso é parte do protocolo brasileiro de combate à tortura. A perícia foi feita de forma coletiva. Havia, dentre os presos, presos feridos com bala de borracha, bala de metal, havia um preso que teve um olho atrofiado, tinha preso com maxilar quebrado e tinha preso com fratura exposta. Faltavam, para alguns, exames específicos. Não se sabe por que não concluíram.

Eu estou relatando alguns aspectos dessa documentação. Essa documentação se encontra na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e se encontra em alguns outros espaços em Brasília, e o Ministério Público Estadual também tem cópia disso. Este instituto de Brasília fecha as suas



conclusões dizendo que houve... Os elementos que os laudos trazem são sinais claros de que houve a prática de tortura.

E diz mais: todos os elementos aqui indicam que são sinais de ferimentos promovidos por arma de fogo e promovidos também por força do Estado. Boa parte deles, de acordo com as posições das perícias, não estavam em condições de reação, portanto, característica própria de uma ação promovida por ação do Estado. Nós encaminhamos posteriormente...

Aí a Secretaria Especial dos Direitos Humanos fez uma representação ao Ministério Público local, encaminhada à Dra. Catarina, e pede ao Ministério Público local, de posse desta documentação, que promova uma ação penal por crime de tortura. Depois fizemos um expediente solicitando informações. Um tempo depois, recebemos um ofício do órgão, informando que havia encaminhado esta documentação para estudo, para avaliação do promotor titular e também da Auditoria Militar. Tudo isso aconteceu, esses últimos encaminhamentos, no final do mês de agosto. Talvez o Dr. César tenha alguma informação, mas, até hoje, não nos chegou nenhuma informação se os órgãos encaminharam, se foi feito algum tipo de ação penal.

Na audiência pública em Brasília, que foi convocada para que as autoridades pudessem efetivamente se pronunciar no sentido do que havia sido feito, tendo em vista que ali tratava de objeto concreto, de um fato concreto, portanto, deveriam então responder ao que estava posto, não houve, posteriormente, nenhuma informação de que procedimento havia sido adotado. Neste mesmo período, o Movimento Nacional de Direitos Humanos fez uma reclamação no Conselho Nacional do Ministério Público, para que a gente pudesse ter uma informação se havia sido dado outro encaminhamento, além de tão-somente encaminhar ao promotor titular e à Auditoria Militar. Nesse aspecto, pareceu-nos que têm muitos elementos nesse caso específico que dão conta de que a gente precisa... Talvez esta Comissão possa nos ajudar no sentido de cobrar também essas informações. Nesse período todo, a nossa ação, sobretudo no aspecto daquilo que a gente tem denunciado a partir dos contêineres... E isso, sim, deve ter sido motivador para fazerem o processo de execração pública da Isabel, porque nós vínhamos denunciando os contêineres do sistema carcerário.



Foi num período em que acabaram de chegar ao Espírito Santo 2 ou 3 Comissões dessas que vinham de Brasília para olhar o sistema. Nós pedimos para cumprir a Lei de Execução Penal. A companheira da Pastoral Carcerária acabou de narrar aqui a situação de adolescentes, mulheres. Não se tipifica ninguém, coloca todo mundo no mesmo lugar. Isso não ressocializa ninguém.

Um outro aspecto que acho que esta Comissão pode nos ajudar é no sentido de... Aqui também nós temos solicitado ao Tribunal de Justiça a criação dos conselhos das comunidades nas comarcas — isso também aqui não existe —, além da proibição das visitas, para que a gente possa fazer aí o controle social, no sentido de também poder ajudar, dar a nossa contribuição. A gente entende que controle social é também uma forma de ajudar o Governo, ajudar as autoridades. Nós achamos também fundamental que mais esse instrumento, que também é estabelecido pela Lei de Execução Penal, nós pudéssemos contar com ele aqui.

Nesse aspecto me parece assim que, como todos esses relatórios já fazem parte, já estão nos diversos órgãos do Governo Federal e do Legislativo, inclusive registrado nesta Casa, porque já foram também aqui apresentados, a gente entende que a nossa contribuição à CPI é dada dessa forma.

A gente espera que possa humanizar o sistema prisional, que possa efetivamente contribuir no sentido de combater a impunidade e, efetivamente, pensar numa nova política de segurança pública que leve em consideração a promoção e a defesa dos direitos humanos, do ponto de vista do que a gente tem, do ponto de vista do marco legal, do ponto de vista dos pactos de que este País é signatário, do ponto de vista do que a Constituição Federal estabelece. Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Gilmar Ferreira. Vamos conceder a palavra, neste momento, ao Deputado Ayrton Xerez, que vai ter que se ausentar logo em seguida, para embarcar para o Rio de Janeiro. Logo em seguida, terá a palavra o Deputado Felipe Bornier. Depois terá a palavra o Deputado Cláudio Vereza, representando a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Senhoras e senhores, muitíssimo boa-tarde. É um prazer estar com todos vocês aqui em Vitória, Espírito Santo, numa



audiência pública tão profícua, tão rica em idéias, tão fecunda. Quero externar ao Presidente da CPI do Sistema Carcerário, Deputado Neucimar Fraga, que é uma honra estar participando desta Comissão sob a inspirada liderança de S.Exa., que vem conduzindo, juntamente com o Deputado Domingos Dutra, Relator, com o Deputado Busato, com o Deputado Felipe Bornier, as diretrizes mais claras de ação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, obviamente, tem uma abrangência nacional.

O nosso trabalho, como bem disse o Deputado Neucimar Fraga, se propõe a apresentar balizas, parâmetros de funcionamento do sistema carcerário em nível nacional. E não dá para deixar de fazer uma brevíssima reflexão sobre aqueles traços da cultura que os nossos pais buscaram nos passar por ocasião dos nossos primeiros passos, da nossa infância, que é de procurar fazer do seu filho um médico, um advogado, um professor, um engenheiro.

Certamente, nenhum pai-de-família procura orientar seu filho no sentido de que procure uma profissão ligada à administração penitenciária. Esta é uma lacuna da cultura nacional. Mas eu vejo, com muita alegria, que ela começa a se tamponar, começa a se fechar. Se se imaginava que o sistema carcerário era aquela coisa incômoda que gostaríamos de varrer para debaixo do tapete e nunca falar sobre ela, agora começamos a verificar que em todos os Estados do Brasil existe um núcleo de pessoas muito interessadas em fazer da questão penitenciária, como alguém já disse aqui, um índice de classificação da qualidade, do nível de civilização de um país consentâneo com uma nação civilizada e evoluída, como nós queremos para o Brasil.

E eu vejo também, Deputado Neucimar Fraga, que o Espírito Santo, o glorioso Estado do Espírito Santo também já trafega nessa direção, com dedicadíssimos profissionais na área de segurança, na área da Justiça, com engenheiros, com profissionais que se dedicam a essa área e com pessoas que se dedicam também, na Pastoral Carcerária, na Comissão de Direitos Humanos, a fazer o contrapeso, a fazer aquele equilíbrio que deve existir entre as diversas forças e segmentos da sociedade, para que o sistema carcerário e o preso, em especial, seja objeto de deveres, mas objeto também de direitos, que são direitos compatíveis com a dignidade humana.



Portanto, meu caro Presidente Neucimar Fraga, quero agradecer pelo convite que V.Exa nos fez e cumprimentar os demais Deputados, a Deputada Iriny, aqui presente também, e todas as senhoras e senhores. Eu espero que, como seu subordinado, nós possamos estar à altura de preparar para o Brasil um trabalho que a nossa comunidade espera, que o nosso povo deseja e que a sociedade brasileira anseia, que é a qualidade dos serviços que, tenho certeza, Deputado Neucimar Fraga, haveremos de prestar. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Airton Xerez, do DEM do Rio de Janeiro, nosso companheiro de Comissão. S.Exa. tem dado uma contribuição muito grande aos trabalhos desta CPI. S.Exa. é responsável pela Sub-Relatoria de uma Subcomissão que está fazendo um estudo do nosso Código Penal. Nos debates já realizados por esta Comissão, já temos o entendimento necessário da importância da alteração no nosso Código Penal, para que possamos atualizá-lo e permitir que, através dessas atualizações, tenhamos mais instrumentos à disposição das instituições responsáveis pela Justiça brasileira, pelo cumprimento de penas, para que possamos ter um sistema eficaz e contundente que atenda à expectativa da sociedade e da população carcerária do nosso País.

Tem a palavra o Deputado Felipe Bornier, que vai estar assumindo a sub-relatoria sobre a população carcerária juvenil do nosso País; vai fazer um trabalho sobre a nossa juventude que hoje está atrás das grades nos Estados brasileiros. S.Exa. está conosco nesta Comissão desde o início. É um Parlamentar assíduo e tem dado também a sua contribuição nesta CPI. S.Exa. vai ter que se ausentar logo em seguida para viajar ao Rio de Janeiro, mas quer também fazer uma saudação aos capixabas.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Sras. e Srs. Deputados, representantes aqui do Governo, da Pastoral, do Ministério Público, da OAB, quero aqui agradecer também à Assembléia do Estado do Espírito Santo, que cedeu aqui este espaço para debater um tema de suma importância para o nosso País, que é o sistema prisional brasileiro, que se encontra em total falência. Como colocou muito bem aqui o nosso amigo, o Padre Xavier, com muita responsabilidade, os integrantes desta Comissão estão trabalhando com a sã



consciência de que, na verdade, este é um trabalho que não tem nenhuma finalidade eleitoral. Muitas das vezes, o que se vê são políticos querendo se aproveitar de um mandato para oportunidades.

Eu não posso aqui deixar de cumprimentar o Presidente Neucimar Fraga, que vem, de forma muito responsável, nos guiando para colocar esse sistema, que está muito fragilizado, num rumo que realmente não vai solucionar, mas pelo menos minimizar o problema — e que a longo prazo venha se restabelecer um parâmetro que venha melhorar o sistema no País. Eu sou um jovem, hoje, com 28 anos de idade. Estou aqui, pela primeira vez, como Deputado Federal, mas com muito orgulho por estar representando uma Comissão com pessoas de tamanha responsabilidade. Eu fiquei muito satisfeito com a oportunidade de estar participando dessa sub-relatoria, que vai justamente falar da questão da juventude no sistema prisional; quais são os motivos que levam essa juventude, como a falta de oportunidade, dentre outros temas que vamos levantar nesta CPI. É um debate muito amplo; é um debate que temos feito diariamente na Câmara dos Deputados, e, certamente, levando-o aos Estados, que é onde se encontram os presídios. Nós estamos na quinta visita aos Estados e teremos oportunidade de fazer outras nas próximas semanas, com a oportunidade de ver de perto realmente as necessidades, a carência, a superlotação, a corrupção e o sistema falho. Aqui vim aprimorar, diante de um relatório que vai ser dado no final dos trabalhos desta CPI.

O nosso amigo Domingos Dutra tem trabalhado de forma incansável — um trabalho que vem beneficiar o nosso País. Amanhã eu tenho uma convenção do meu partido. Gostaria muito de ficar para debater um pouco mais este assunto. Eu me coloco à disposição, lá em Brasília, para debatermos um pouco mais essa relação do sistema prisional brasileiro.

Quero agradecer aqui pela oportunidade a todos vocês, à Polícia Federal, que nos respaldou nesta visita. Quero abordar, principalmente ao Estado, essa importância que o povo, de certa forma, ignora. Mas, na verdade, são seres humanos que estão atrás das grades, que estão abandonados, esquecidos. E nós, Parlamentares, seres humanos, temos que fazer a nossa parte. Com essa consciência, estamos fazendo isso com muito orgulho. Quero deixar esta colocação, para que o nosso Presidente possa dar continuidade à audiência, e, mais uma vez,



desejar boa sorte e parabenizar o Presidente pelo seu trabalho muito sério. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos ao Deputado Felipe Bornier e ao Deputado Ailton Xerez. Com certeza, S.Exas., que vão estar retornando, deram uma contribuição muito importante nas visitas hoje pela manhã e vão levar as recordações do povo capixaba. S.Exas. vão levar o tempero e o gosto do Restaurante Recanto do Baiano, em Vila Velha, onde tiveram oportunidade de saborear conosco uma deliciosa moqueca capixaba.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Deputado Cláudio Vereza. Eu disse que S.Exa. estaria falando em nome da Comissão de Direitos Humanos por costume — ouviu Vereza? Sei da sua militância, mas S.Exa. continua numa Comissão onde a justiça é o fato mais importante. Hoje ele fala representando a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa. O Deputado Cláudio tem oportunidade neste momento, nosso amigo lá de Vila Velha. Assim como eu, o Deputado Cláudio Vereza é adotado por Vila Velha. O Vereza é mineiro e eu sou baiano, mas ambos são adotados pelo povo gentil e generoso do Município de Vila Velha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CLÁUDIO VEREZA - Obrigado, Deputado Neucimar Fraga, que preside esta CPI que analisa a situação do sistema carcerário brasileiro, que vem ao Estado, junto com o Relator, Domingos Dutra, com a Deputada Iriny Lopes, capixaba, e demais Deputados, para verificar aqui no Espírito Santo a situação. Minha saudação também ao Secretário Ângelo Roncalli, aos representantes da sociedade civil que já se pronunciaram e aos que estão no plenário.

Eu obtive meu primeiro mandato na década de 1980, e participei, naquela ocasião, de uma CPI estadual sobre o sistema carcerário capixaba. Àquela época, a população da Grande Vitória ainda era pequena em relação à população rural, mas, já naquela época, verificávamos essa situação de imensas dificuldades e fragilidades, como já foi dito aqui, do sistema carcerário como um todo — e no Estado essa situação se verificava naquele momento.

É uma questão colocada para a sociedade como um todo. A nossa sociedade tem essa reação a todos os que não se enquadram no padrão de ser humano



definido pelo modelo de sociedade existente. Os que fogem do padrão são excluídos, ou para as prisões, no caso, aqueles que são considerados criminosos; ou para asilos, no caso, os idosos e órfãos; ou para clínicas, no caso, os que têm distúrbios mentais ou — até ainda hoje isso é adotado — algumas pessoas com deficiência. Há ainda as prostitutas, que são relegadas às chamadas zonas de prostituição, quando não são presas. Enfim, todos aqueles que fogem do padrão são expulsos, excluídos e trancafiados em algum espaço, para que a chamada sociedade normal fique tranqüila, fique distante dos problemas que ela própria gera. Há uma hipocrisia na nossa sociedade de colocar a culpa apenas naqueles que ela exclui — uma hipocrisia profunda! É só a gente olhar as crianças, os adolescentes em situação de risco social que foram parar nas instituições que, pela lei, não são chamados de presídios, mas são verdadeiros presídios. A culpa é exclusivamente do adolescente, do jovem que foi parar lá? ou a culpa é da desestrutura da sociedade que gera essas situações?

Bom, eu fico pensando nisso, na profundidade dos problemas que estão sendo abordados aqui. Então, a gente retira as pessoas do convívio social, teoricamente, para prepará-las para voltar ao convívio social em melhores condições. E, no entanto, todas essas instituições que eu citei aqui, na verdade excluem cada vez mais essas pessoas. Eu não estou aqui nem abordando as situações que foram abordadas pelos companheiros dos movimentos de direitos humanos, das diversas instituições em defesa dos direitos humanos que abordaram aqui a violência cometida lá nas instituições do sistema carcerário. Essa é apenas uma preliminar da hipocrisia do sistema em que a gente vive. Saiu fora do padrão, é colocado lá, o mais distante possível. E, antigamente, quando a cidade era muito pequena, os presídios eram distantes do centro — o mais distante possível. As instituições para hansenianos, as crianças em situação de infração penal, todas essas instituições eram colocadas o mais distante, inclusive fisicamente. Então, eu parablenizo, finalizando aqui esta abordagem mais teórica, mais filosófica, contida neste trabalho que a CPI do Sistema Carcerário brasileiro está fazendo.

Parablenizo o Deputado Neucimar e demais Deputados pela oportunidade, como já disse o Deputado que nos antecedeu, de trazer esses elementos das diversas visões, das diversas instituições que atuam ou diretamente na gestão do



sistema carcerário, ou que atuam no apoio aos encarcerados, ou que atuam na fiscalização, enfim, nos diversos ângulos da questão. É muito importante que a CPI tenha garantido a palavra a todos os que aqui vieram e indo também diretamente lá nos presídios para ouvir diretamente dos encarcerados, dos internos, a palavra a respeito das suas questões, dos seus problemas.

Parabéns! Que o trabalho seja frutífero e que, no final, o relatório do companheiro Domingos Dutra seja um relatório que aponte para soluções. É lógico que maior quantidade de recursos tanto para a estrutura física do sistema quanto para a capacitação dos servidores que atuam no sistema, quanto para a garantia de uma fiscalização efetiva externa, tudo isso terá de ser contemplado num relatório que, ao final dos trabalhos, será aprovado pelos membros da CPI.

Muito obrigado por esta oportunidade. E, mais uma vez, eu reitero aqui as boas-vindas a todos os integrantes da CPI, às equipes que acompanham a CPI. A Casa está sempre aberta para qualquer outra atividade que a Câmara Federal queira realizar neste plenário ou em qualquer outra dependência, sempre transmitindo os trabalhos pela *TV Assembléia*, para que o maior público possa acompanhar o conteúdo dessas reuniões ou dessas atividades realizadas aqui. Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Cláudio Vereza pelas suas palavras, pela sua atuação, e o parabenizamos pelo seu trabalho à frente da Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Presidente da ASSIMPOL, Antônio Fialho Garcia Júnior.

Agora nós vamos ter que limitar o tempo aos debatedores por 3 minutos para fazerem sua explanação.

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - Quero parabenizar a Comissão, na pessoa do Deputado Neucimar, da Iriny, dos Deputados que a gente conhece aqui do Estado. Mas a nossa fala é completamente oposta à colocada pelo Governo do Estado. Nós estamos aqui — como o sistema carcerário é um sistema muito grave e é muito rotativo o problema — fazendo uma denúncia hoje contra o Governo do Estado do Espírito Santo por maus-tratos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só solicitar ao Júnior Fialho que prestasse um juramento nesta Comissão, tendo em vista que não fala como convidado, mas sim como presidente de associação à audiência, e as suas palavras e a denúncia serão incorporadas ao texto do relatório desta Comissão.

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - *Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Sr. Fialho.

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - Estou aqui — aproveitando a oportunidade — para oferecer uma denúncia contra o Estado do Espírito Santo por maus-tratos a todos os presos que estão nas masmorras das nossas cadeias. Aqui foi falado sobre os presos que estão sob a tutela da SEJUS, mas foi omitido os presos que estão nas masmorras das delegacias de polícia. E como a gente tem que denunciar informações e com dados do dia, porque a cada dia esses números oscilam, e muito, hoje o Estado do Espírito Santo, nas delegacias da Grande Vitória, possuem: DTJ de Vila Velha — capacidade dessa unidade: 34 presos. Hoje, tem 124 presos, um excedente de 90; Jardim América — capacidade: 36 presos. Hoje, 214. Excedente: 178 presos; Delegacia Patrimonial — capacidade: 4 presos. Hoje, 9 presos. Excedente: 5; Delegacia de Novo Horizonte — capacidade: 36 presos. Existentes hoje, 292 presos. Excedente: 256 presos. Delegacia Modular, conhecida como cela metálica — capacidade: 140. Existentes: 207. Excedente: 67 presos; Delegacia de Argolas — capacidade: 32 presos. Existentes: 102 presos. Excedente: 66 presos. No interior do Estado nós temos 150 mil... 1.567 presos espalhados nas delegacias do interior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria que o senhor me desse uma informação. No interior do Estado?

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - No interior do Estado, nas diversas delegacias no interior do Estado, nós temos 1.567 presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim! Porque havia sido falado 150 mil antes. Eu achei um pouquinho alto para o Espírito Santo. Mas está corrigido. É mil e...?



O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR – São 1.567 presos. Sob a tutela da Polícia Civil, de forma inconstitucional e ilegal, 2.510 presos não estão tendo direito, muitos deles, a banho de sol, a assistência jurídica, a advogados, a atendimento de saúde, a todo o tipo de atendimento. Ontem... Na terça-feira, estivemos no presídio de... estivemos na delegacia de Cachoeiro de Itapemirim e lá recebemos uma denúncia dos policiais civis de lá. Inclusive, estaremos recebendo as fotos que denunciam isto, a omissão e a ocultação do Governo do Estado do Espírito Santo em não dar divulgação para os meios de comunicação e para a sociedade. Os presos têm sido esquartejados, jogados no sistema de esgoto. Quando foi feita a contagem, não aparecia um preso. Os policiais adentraram o recinto e descobriram que estava sendo todo picotado o preso, tendo sido jogado no sistema de esgoto daquela unidade. E isso foi omitido pelo Governo do Estado, e os policiais... Na ânsia de querer que isso se torne público, nós estaremos denunciando isso publicamente nos meios de comunicação, tão logo a gente pegue as imagens. Nós tentamos pegar lá, mas não conseguimos. Mas nós já solicitamos, por escrito, o laudo pericial que mostra essas imagens, que demonstram o descaso do Governo no trato com os presos nas unidades policiais do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual delegacia?

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - No presídio de Monte Líbano, lá em Cachoeiro de Itapemirim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa denúncia do preso que foi esquartejado e jogado no esgoto é na delegacia ou no presídio?

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - No presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Monte Líbano.

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - Monte Líbano. E na delegacia tinha aproximadamente 237 presos, numa unidade que só cabem 32 presos.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Delegacia de Cachoeiro?!

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - Na Delegacia de... É, na Delegacia de Cachoeiro, que, hoje, está com 232 presos; inclusive ela saiu na mídia há pouco tempo. E a capacidade também lá é para 32 presos. E o que é pior: sob a guarda de nós, policiais civis, que hoje somos mais presos do que os presos, porque eles passam, e nós, policiais civis, a todo plantão, estamos lá presos, juntos com os



presos, naquelas condições subumanas, em desvio de atribuição, não podendo fazer os nossos trabalhos de investigação para apurar crimes. Então a gente está aqui denunciando isso, além de denunciar algumas outras mazelas do sistema carcerário do nosso Estado. A terceirização. Denunciamos recentemente a terceirização da vigília externa das unidades. Só que não é externa, na cela modular. Se vocês forem hoje lá, vocês vão ver guarda de vigilância privada fazendo a vigília de presos, enquanto que lá deveria ter agentes penitenciários concursados, preparados para lidar com os presos. Hoje... E o preço que nós denunciemos... Pela nota fiscal a que nós tivemos acesso, por cada guarda de vigilante... O valor que eles recebem é de 8 mil e 500 reais por cada guarda de vigilante que está lá. Fizemos uma denúncia, que saiu nos jornais de grande circulação do nosso Estado, de maus-tratos aos presos, principalmente nas nossas unidades policiais civis. Por nossas unidades serem improvisadas para colocar presos, como delegacia patrimonial, o preso não tem sequer direito a ter sol, porque a unidade não tem estrutura para dar banho de sol a esses presos. A Delegacia de Novo Horizonte, que era uma delegacia que atendia à população, se transformou num presídio e também não tem condições adequadas para dar banho de sol. Outra denúncia que temos de fazer é com relação à falta de uma política de ressocialização. A gente que trabalha no dia-a-dia, fazendo prisões, na Polícia Civil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto, para concluir.

O SR. ANTÔNIO FIALHO GARCIA JÚNIOR - ...somos obrigados a colocar no interior do Estado inclusive adolescentes. Porque, por não ter estrutura no interior do Estado, acabam sendo colocados em celas comuns, com pessoas de maior. Inclusive, no passado, a própria Comissão de Segurança desta Casa fez denúncia com relação a isso. E outra denúncia que a gente faz aqui, que a gente gostaria que a Comissão apurasse, é essa questão da alimentação. Gasta-se uma fortuna com alimentação de preso, e a gente que vigia, que trabalha no dia-a-dia das unidades, quando chega a alimentação, observamos que parte dessa alimentações já vem estragada (*Palmas*). Os presos são obrigados a passar fome. Muitas vezes, têm que ficar solicitando que os familiares levem alguma alimentação para eles conseguirem se alimentar. E o custo dessas alimentações tem que ser fiscalizado pelo Estado, porque são milhares e milhares de marmitas que são jogadas fora — e o SINDPOL



já fez essa denúncia pública. Encerro minha fala, parabenizando a Comissão, e pedindo que a Comissão retorne ao Estado do Espírito Santo, porque nós fomos pegos de surpresa. Nós temos muito material para poder tentar anexar, para enriquecer, até propostas. Mas a gente gostaria que a Comissão, de fato, voltasse ao Espírito Santo para que vocês pudessem conhecer essas unidades que nós acabamos de denunciar aqui agora. Muito obrigado. E desculpe o tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Antônio Fialho pela sua participação, representando aqui a ASSIMPOL. Depois o Secretário de Justiça vai ter oportunidade para estar se pronunciando a respeito de alguns fatos narrados. Sabemos que algumas informações prestadas aqui são de responsabilidade da Secretaria de Segurança também e não da Secretaria de Justiça.

No que tange à questão dos presos nas delegacias do Estado do Espírito Santo, enquanto os presos não forem julgados e estiverem na delegacia, eles estão sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança, se não me engano, e não da Secretaria de Justiça, conforme determina o Código Penal.

Mas vamos ter oportunidade depois para o contraditório. Nós estamos ouvindo; este é um espaço democrático para que todos possam ouvir e fazer as suas explicações.

Nós temos aqui algumas outras pessoas inscritas para falar. Nós vamos ser mais rigorosos no tempo, mas vamos conceder a palavra aos inscritos.

Nós vamos convidar a Cidinha Araújo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos ouvir então a D. Raimunda Batista. Três minutos para fazer a explicação e prestar também uma informação. E queria solicitar também que lesse o juramento, em se comprometendo em falar somente a verdade nesta Comissão.

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Boa-tarde, Neucimar Fraga! Foi um prazer ter você aqui junto de nós. Todos os mesários, Dr. Ângelo Roncalli. Então, sobre isso que ele falou aqui sobre a comida, ele está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria solicitar à senhora que fizesse primeiro a leitura, se for possível, do nosso juramento.



A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Eu tenho um filho preso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que fizesse a leitura, que o auxiliar pudesse...

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Termo de compromisso: *Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem 3 minutos para falar.

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Então, eu tenho um filho preso. Então, não é agora que eu vou falar do Secretário de Justiça, porque, se existe erro, ele tem pouco tempo, já vem atrás, ele é uma pessoa. Quando eu procuro ele, ele me atende. Outra coisa: eu tenho um inquérito aqui do meu filho, Tiago Luís, que foi morto e carbonizado por policiais civis e militares que estavam simplesmente escondidos no DHPP. Quando ia no DHPP, os delegados de lá diziam que a Civil não fazia isso; que só quem fazia era a Militar. Como foi esse corro pela rua toda andada, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, Janete de Sá passou mal 2 dias, internada, e isso dói muito para uma mãe. Porque esse nome Vitória é muito lindo, mas de vitória não tem nada. Então, eu queria dizer a vocês... Algumas coisas que o da Civil falou ali... Então, o caso do meu filho... Rodney Miranda suspendeu 32 policiais. Foi aberta uma tarde de luto aqui, por Janete, que é dos direitos humanos, e não apareceu o Rodney Miranda, não apareceu quase ninguém. E hoje o caso está abafado, com 3 anos. Meu filho ficou 2 meses no DML porque eu não tinha condição de fazer o DNA. Aí, graças à Associação de Mães, por muito pelear — devo esse favor ao Dr. Bruno Tomás, que fez o DNA —, meu filho foi enterrado, depois de carbonizado por policiais militares e civis do DPJ de Vila Velha. Alguns delegados do DHPP ficaram 3 anos com isto aqui, ó! Com isto aqui guardado lá, para ver se eu esquecia. Mas Deus é tão grande, que isto aqui agora foi protocolado. Agradeço também ao Dr. Zardini, Dr. Sócrates, Dra. Catarina, que me deu muita força, e a Graça, que está, pela Federal, em Brasília. E aqui dentro do Estado a República Federal lá achou muitas coisas em comum. O juiz mandou quebrar o sigilo telefônico dos policiais. Não foi quebrado. Não tem a saída do Tiago Luís. Tem mais inquéritos em casa. Não tem a saída do Tiago Luís. Prenderam o Tiago Luís na cela. Tiraram meu filho de dentro do DPJ. Foi o pai, foi minha filha buscar, e eles presos lá dentro do DPJ. E o Dr. Adalias, quando eu falei assim “Dr.



Adalias, me entrega meu filho!”, ele falou assim: “*Não, porque Eni vem aqui fazer uma averiguação nele.*” E às 12 e tantas o botaram na viatura. Foram os 2, militar e civil. Eu não tenho medo de falar no nome dela; e ela está doidinha, não sabe para onde é que vai. O que eu quero, o que eu quero... Eu não quero vingança; eu só quero justiça. Que a justiça seja feita, porque é muito doloroso a gente gerar um filho 9 meses, com toda a dificuldade, com toda a pobreza, e ver uma pessoa que é de dar proteção à gente tirar... Como agora lá os delegados do DHPP: “*Não, só existe isso na Militar.*” Mas Deus é tão poderoso, Deus é tão bom, que depois disso Deus botou o braço no meio. Só se vê policiais civis presos, junto com tráfico de droga, junto com roubo. Isso é uma vergonha para o nosso Estado. Obrigada. Dr. Ângelo Roncalli está... E outra coisa: queria falar com o senhor sobre a comida. Porque eu, mãe... O senhor sabe que eu tenho um filho lá? O senhor já me ajudou muito. Porque ele estava em Viana. Então agora só podem levar 2 quilos de comida. Então, às vezes, eu levei e eu acho errado, porque o suor da gente é sangue. Aí vai para o mato, né? Joga no mato. Tem muitos agentes que são muito educados, tem muitos policiais que são educados, outros, não. Então, às vezes, é como o senhor falou comigo: acontecem coisas que o senhor não sabe como. Muitos queriam fazer manifestação lá em sua porta. Me chamam e eu digo: “*Vamos embora ajuntar 3, 4, 5, que ele atende*” — né? É a mesma coisa com o Dr. Zardini, uma pessoa que foi Secretário, ótima! Devo, sim, favor a ele. Isso aqui ele pagou tudo. Ele mandou tirar. Pagou tudinho pra mim. Porque eu sou uma pobre coitada. O Cláudio Vereza me conhece, não é, Cláudio Vereza? Acho que algumas pessoas aqui me conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria solicitar à D. Raimunda, se fosse possível, que encaminhasse uma cópia desse documento para o Relator da CPI, para que ele possa anexar essas informações aos Anais da Comissão. Se fosse possível, além de oferecer essa denúncia, que passasse a cópia desse processo para o Relator. Se não tiver uma cópia, o Relator vai solicitar à Secretaria da Comissão que de imediato possa fazer cópia e devolver a original para a senhora.

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Porque tem mais, não é só isso, não. Tem mais 2, cada um mais grosso. Você vê a mentirada da Polícia Civil aqui, ó! A mentirada... Até meu filho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esse aí já contribui muito para a Comissão.

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Isso aqui não é processo, ainda é inquérito, porque eles queriam que chegasse a 5 anos, para não quebrar o sigilo telefônico pelas civis. Outra coisa: tem denúncia também lá em Maruípe de alguns policiais — Rossi está no meio — no crime organizado. Um traficante chamado Hermógenes, que está no inquérito. Agora, civil, como Rodney Miranda falou... Porque eu estou aqui. Minha mãe não queimou minha língua com pau quando eu era criança. Eu vou prender Dudu? Vou prender Dudu por quê? Porque ele é traficante?! Ele faz parte do grupo do extermínio com policiais e dá dinheiro. Tudo aqui. E tem mais 2 livros aqui que eu posso passar para vocês. Já tem outro na Federal, em Brasília. Eu tenho prazer, porque eu quero que isso aqui seja resolvido, gente, porque é muita dor você ver um filho seu, por uma pessoa que pode dar proteção... Ele ficou 2 meses no DML, 2 meses! E agradeço à Graça, da Associação de Mães, agradeço ao Dr. Bruno Tomás, porque, se não fosse ele, meu filho ia ser enterrado como indigente. Agradeço a todo mundo. Deus dê uma boa viagem a vocês, e sempre retornem! Quando vierem aqui, tem muitos familiares de presos. Aí mandam um ofício para a Associação de Mães, que tem mais coisa, né? Outra coisa também, Dr. Ângelo Roncalli, tem muitos presos... Policiais baleiam os presos. Tem preso aleijado lá. Então vamos ver. Quem está lá está pagando pena... Para que isso? Policiais atirarem, a Choque entrar, bater, deixar todo mundo nu? Meu filho mesmo quebrou esse dedo. Que negócio é esse!? Eles são humanos! Eles têm sangue igual à gente. Façam alguma coisa. Se não forem fazer, eu vou pedir ajuda ao Ministério Público, vou pedir — um dia ainda vou para Brasília... Nem, quem sabe, ao Lula. Porque eu acho isso um absurdo. Eu acho, Dr. Ângelo... Quem é que manda? A mãe não pode levar comida. A gente chega no presídio e só vê aquele fedorção de droga. Quem é que bota essa droga lá no presídio? A Choque vai hoje, pega os bichinhos, bate, bate, bate, pega celular. Na mesma hora, de noite, liga o celular. Quem foi, Dr. Ângelo? Não vai mãe, não vão familiares de preso. Quem deu esse celular no presídio? Quem? Então é isso que a gente também tem que procurar saber. O senhor como chefe, o senhor tem que procurar saber, não é? Porque, às vezes, muita coisa o senhor não sabe. Às vezes, tem muita gente corrupta, como um



agente que trabalhava lá e estava passando drogas lá para dentro. Quando eu fui pedir, eu sem saber de nada, ao Dr. Zardini: “Ô, Dr. Zardini, esse rapaz aqui, ele era um bom...” Porque para mim ele era um bom, né? Não tinha desconfiança de nada. Ele disse: “D. Raimunda, ele saiu porque estava botando droga lá para dentro.” Então está precisando de uma fiscalização. A semana passada meu filho desceu, queria ir para a detenção. O que foi que o diretor Martins falou? Para ele pular. Mas por que ele mandou ele pular? Para poderem os policiais matar ele, como já mataram 2 lá, né? Ele não deveria fazer isso, não; ele, como diretor... Um péssimo diretor que tem é o Sr. Martins — Seu Valdir, eu tiro o chapéu para ele —, é um péssimo diretor que tem, e ninguém, nenhum preso gosta dele. Muito obrigada, e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vai poder entregar os documentos à CPI?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - É porque tem mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós queríamos receber esses. E os outros também nós estamos aguardando. A CPI vai estar amanhã, durante o dia, também em Vitória, lá no quartel da PM, ouvindo depoimentos de policiais, civis e militares, e presos. Nós poderíamos receber outras partes desse documento, para que o Relator possa anexá-las aos documentos que já fazem parte desta Comissão.

Maria das Graças, agora. Vamos ouvir a Maria das Graças pelo tempo de 3 minutos.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, os Deputados, o Dr. Ângelo Roncalli, que sempre tem nos atendido com muito amor, muito carinho, e que nunca nos negou um atendimento sem hora marcada. Todas as vezes que eu o procurei, ele sempre estava à disposição da Associação de Mães. E nós agradecemos em nome das 1.500 mães. *Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.* Olha, em primeiro lugar, eu quero falar sobre um rapaz que foi preso no dia 13 de agosto, em Jacaraípe — um rapaz com 18 anos de idade, rapaz com toda a saúde. Foi preso ele e um outro. Só que esse rapaz foi violentamente espancado pela Polícia Militar. Levaram esse rapaz para a DPJ do Município da Serra,



Laranjeiras, e de lá encaminharam ele para aquele presídio de Novo Horizonte. Chegando lá, continuaram a espancar esse rapaz e deixaram o rapaz jogado. Com 1 mês e 15 dias, esse rapaz foi internado, já em coma, no Dório Silva. Ficou 8 dias em coma, todo entubado, e veio a óbito no dia 23 de outubro, sendo que a família — sem eles avisarem a família — foi levar roupa, colchonete e um malote. E eles recebendo essa alimentação, sendo que a mãe do rapaz é uma pessoa humilde, que não tinha condições, coitada, fazendo o maior sacrifício. Depois que receberam tudo é que foram, 2 dias após, avisar que o rapaz estava no hospital. Esse rapaz veio a óbito. Eu ajudei essa mãe a tirar, no dia 26 de outubro — o Pedro ficou 3 dias no DML. Na hora em que esse rapaz foi retirar o corpo, o médico que o atendeu estava lá e falou que esse rapaz estava praticamente com putrefação, já podre. Do espancamento que ele levou, o baço e o fígado estavam arreventados. Vocês já pararam para analisar o que é isso para uma mãe? Um rapaz lindo. Agora apareceu num laudo que o rapaz estava com AIDS. O rapaz estava normal! Eu conheço pessoas aidéticas na fase terminal. A gente conhece. Esse rapaz estava perfeito. Portanto, estou com esse documento em mãos. Através da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência, eu assinei, junto com a mãe dele, pedindo a exumação desse cadáver, porque esse rapaz estava com os dentes quebrados pelo espancamento. Espero que o Ministério Público, urgentemente, faça a exumação do cadáver para a gente poder comprovar o que já está praticamente comprovado. Mas nada melhor do que a confirmação geral. Graças a Deus, eu faço um trabalho sério dentro do Estado e, através do meu trabalho, eu tenho ganhado respeito, não só aqui no Espírito Santo, como no Brasil e até fora do Brasil, no exterior, porque todas as documentações que temos na Associação estão fora do Brasil, na Anistia Internacional, na Corte Interamericana de Direitos Humanos e na ONU, porque eu entreguei em mãos da Sra. Asma, quando esteve em visita ao Brasil, no Espírito Santo. Agora, o segundo caso é um caso que nós sabemos que no Brasil... Aqui, no Espírito Santo, infelizmente, todo ex-presidiário não tem vida; é solto pela Justiça e morto, assassinado pelos maus policiais. Mas nós sabemos que dentro da Polícia Militar tem muitas pessoas boas, dignas de todo o nosso respeito. Estamos falando dos maus policiais, daquele policial que tem uma índole má, que só vem para a rua, em vez de trabalhar, para torturar e matar nossos filhos, maridos e irmãos. Apesar



de que esse caso que apresento tem envolvimento de policial, ele ainda está sendo investigado; mas a gente já praticamente sabe que tem um policial militar. É o caso do Jovaci Vicente Ramos, que só teve o direito... Foi preso com um processo. Ficou vários anos preso e, quando saiu, só teve o direito de viver 1 mês e meio. Foi violentamente assassinado nessas condições. Se vocês virem o horror... Todo amarrado, com a boca e as mãos com um tanto de tiros que vocês não queiram saber. Depois eu posso apresentar para vocês. Vocês já imaginaram o que é uma mãe ver um filho numa situação dessas? Pelo amor de Deus, gente! Tem que haver alguma coisa! Alguém tem que fazer alguma coisa pelo nosso Estado! Eu, várias vezes, já falei do Espírito Santo. É um nome lindo, é santo, é muito puro. Mas o Estado do Espírito Santo tem de trocar de nome. Para mim, este é um Estado da morte e da maldição. E eu falo porque sofro isso na pele. Terminando esse caso de Jovaci, passo a apresentar o caso Pedro Nacort Filho, o meu filho, que nunca foi preso, nunca dormiu uma noite numa cadeia. Eu moro no centro de Vitória há mais de 30 anos. Meu filho, ao descer para comprar cigarros, foi barbaramente executado por 4 PMs, em 20.06.99, com uma viatura. Meu filho levou 22 tiros, 8 tiros no olho esquerdo, na mão, quando tentou levantar uma mão para se defender. Tentou fugir da polícia... A camisa novinha foi rasgada. Os botões da camisa do meu filho foram arrancados. Quando ele levantou a perna, eles deram um tiro no joelho do meu filho, que saiu um pedaço do *jeans*. E uma coisa que mais me entristece é que toda a polícia do Espírito Santo, desde Governador, todo o Estado, sabe quem são os assassinos do meu filho, porque a pistola 380 que executaram meu filho está ali naquela foto, e foi apreendida na residência do motorista da viatura. Essa pistola deu balística dos projéteis retirados do corpo do meu filho, do meu Pedrinho do meu coração. Gente, há 8 anos e 4 meses que clamo por justiça, não só pelo crime do meu filho, mas por todos os crimes que estão na associação e pelos que estão por vir. Não posso aceitar que esses marginais fardados podem continuar matando, porque tenho outros crimes deles dentro da associação depois do crime do Pedrinho, e ninguém consegue expulsar esses assassinos. Puxem a ficha do Erivelton de Souza Pereira, vulgo Diabo Louro, para os senhores verem! O Jeferson Zambald Torezani. Porque tem mais 2 PMs que afastaram... porque o Arildo Nascimento... mas eu já sei que ele deu o primeiro tiro no meu filho, e usando...



porque eles estavam fazendo um curso em Cariacica, só que o curso que ele fazia era de 8 às 17. Não era à noite, e ele conseguiu se safar desse crime, mas eu estou buscando. Mesmo ameaçada de morte pelos policiais — sou uma mulher marcada para morrer —, não tenho medo. Se eu tombar aqui, agora, eu tombo de cabeça erguida, com a certeza do meu dever aqui na terra cumprido, porque não quero que nenhum inocente vá pagar pelo crime do meu filho, mas quero que os verdadeiros assassinos paguem, que eles sejam expulsos da corporação, que eles vão para uma cadeia comum, que eu não quero ver como acontece. Eu já estive a 5 júris em Vila Velha e vi 5 PMs serem condenados a regime fechado, a 16 anos, e saírem do fórum tranqüilamente, andando, como o caso do filho da D. Elizabeth. E esses PMs... vai completar 3 anos que foi pedida a prisão em regime fechado. Esses PMs estão trabalhando normalmente, nós continuamos pagando os salários deles com os nossos impostos, porque aqui no Estado do Espírito Santo a punição para os PMs assassinos são essas. Estas são as punições que os policiais criminosos recebem após cometerem qualquer tipo de delito no Estado do Espírito Santo. Primeiro, eles são promovidos em cima do sangue dos nossos filhos. Segundo, são deslocados dos locais de trabalho. Terceiro, são destacados para o interior. Quarto, aparecem com laudo médico de doido. Quinto, aparecem com tratamento psiquiátrico. Sexto, tornam hóspedes do manicômio. Sétimo, entram na reserva. Oitavo, recebem proteção de oficiais e de outros irresponsáveis. Nono, são proprietários de outros delitos. Dez, dizem sempre que agiram em legítima defesa. Até quando — pergunto para os senhores —, nós mães vítimas da violência vamos suportar tanta dor, tanta violência, tanta impunidade no Estado do Espírito Santo? Sabemos que é no Brasil, mas aqui é um Estado omissivo, onde podemos comprovar isso, porque, desde que aconteceu o crime do meu filho, eu pedi que fosse feito... Lá no quartel, fiz uma denúncia lá, para que ele fosse investigado, e agora recebi uma notícia que o Comandante da Polícia Militar pediu que fosse parado até terminar tudo para poder rever o caso para expulsá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Tenho certeza de que esses assassinos têm proteção de coronéis, dos maiores dos maiores de dentro das corporações. Eles devem deveres e favores. No Estado temos Comandante da



Polícia Militar ex-lecocquiano. O que podemos esperar? Sabemos que a Le Cocq é o braço direito do crime organizado no Estado do Espírito Santo. Sou uma mulher marcada para morrer. Não tenho um minuto de tempo para perder. O que eu tiver de falar falo. Se eu tombar, vocês já sabem que foi a Polícia Militar que me matou. Se acontecer alguma coisa comigo ou com alguém da minha família, vocês podem ter certeza, foi a Polícia Militar. Muito obrigada. Que vocês voltem outras vezes, porque infelizmente nós não fomos avisados da visita de vocês, senão isso aqui estaria cheio de mães, mulheres e familiares de presos. Muito obrigada por tudo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos a participação da D. Maria das Graças e a parabenizamos pela sua luta, pela sua resistência e pela sua busca incessante em favor da justiça.

Convido o Sr. Carlos Augusto Vago, representante dos servidores dos agentes penitenciários, para que também faça uso da palavra, pelo tempo de 3 minutos, a quem solicito faça a leitura do juramento a esta Comissão.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAGO - *Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.* Boa noite a todos. Meu nome é Carlos Augusto Vago. Sou agente penitenciário há 12 anos. Já trabalhei na grande maioria das penitenciárias do Espírito Santo. O grande problema que existe, muitas vezes, no sistema penitenciário é incompreensão, intolerância e falta de profissionalismo, porque as pessoas que estão lá, tanto os presos como os servidores, muitas vezes se dispõem a uma guerra desnecessária, porque há muita dificuldade de relacionamento. É como fosse cão e gato, porque não há forma possível de conciliar. Eu tenho um pedido a ser feito a vocês. Observem um detalhe muito importante para nós, servidores do sistema penitenciário. É em questão à nossa saúde. A maioria dos servidores estão com algum tipo de doença, doenças ocupacionais. Eu, particularmente, contraí TB. Existe um grande número de internos que estão com problema de doenças infecto-contagiosas. Não que nós que somos responsáveis pela custódia deles deixamos de cumprir os nossos deveres. Porém, o que acontece, na realidade, é que a maioria dos internos contaminados não toma os seus remédios. O remédio é fornecido ao interno, e eles jogam fora. Acreditem. Nem todos têm interesse em se tratar, por isso eles estão difundindo e espalhando doenças infecto-contagiosas. Percebam bem, tenham discernimento nas suas



atitudes, para que não ajam pelo emocional; ajam com racionalidade, não vão pelas emoções, raciocinem bem antes de tomar suas atitudes. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Carlos Augusto Vago, agente penitenciário, que aqui representa os agentes, fala em nome deles.

Neste momento, passo a palavra ao Relator, Deputado Domingos Dutra, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar, Deputada Iriny Lopes, Deputado Busato... Em nome do Deputado Neucimar e da Deputada Iriny, quero saudar todas as autoridades presentes, as entidades, as pessoas que estão aqui neste plenário, os que estão nos assistindo nesta hora e também a assessoria da Câmara Federal que acompanha esta Comissão.

Inicialmente, quero manifestar a minha solidariedade às mães, diante dos relatos dramáticos feitos nesta audiência com relação às mortes que sofreram os seus... *(Pausa.)*

Em deferência, em homenagem à Deputada Iriny, se ela quiser fazer as indagações primeiro, embora eu tenha que sair às 9h, terei o maior prazer de ceder, para que ela possa fazer as perguntas que achar convenientes. Logo após, eu faria as minhas perguntas.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Deputado Domingos Dutra, nosso Relator, fico honrada e agradecida pela deferência, mas sou aqui do Estado, sou militante. Antes de ser Deputada, sou militante de direitos humanos, milito nessa área aqui há muito tempo e conheço razoavelmente bem a situação do sistema prisional do nosso Estado. Como o senhor, nosso companheiro, colega e também responsável pelo relatório final desta CPI, não é daqui, não está em contato diário, eu acho que a preferência precisa ser sua, para ter maior conhecimento do que ocorre no nosso Estado, para dirimir todas as dúvidas, para aprofundar os aspectos em que o senhor achar que a CPI tem que prosseguir nas investigações.

Então, eu fico agradecida, mas acho que, para o bem da CPI, é melhor que o senhor faça inicialmente as perguntas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Agradeço à Deputada Iriny.



Gostaria que o Sr. Carlos Augusto, representante dos agentes penitenciários... Já saiu? (*Pausa.*) Então, a Sra. Maria das Graças.

Sra. Maria das Graças, eu gostaria que a associação encaminhasse para a Comissão a relação das 1.500 mães, a relação de pessoas que foram vítimas, todos os documentos que a senhora tiver em nome da associação que possam ser úteis à CPI.

Faço um pedido ao Presidente, diante da veemência da denúncia que a Sra. Maria das Graças fez à Comissão. Ela disse que está ameaçada de morte e declarou aqui, publicamente — esta audiência está sendo veiculada por um canal de tevê —, que a sua morte terá como responsável a Polícia Militar. Eu pediria que a Comissão examinasse, junto com a depoente, a proteção devida, nos termos da lei.

Peço ao Sr. Secretário de Justiça aqui presente que adote as providências necessárias para preservar a integridade física da D. Maria das Graças.

E a CPI, depois, em conjunto com a depoente, veria qual a melhor forma de preservar sua vida. Ela mencionou aqui, embora rápido, pessoas que foram mortas, filhos inclusive. Citou policiais civis, policiais militares, oficiais como integrantes do crime organizado. Então, o risco de vida da Sra. Maria das Graças é real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria apenas fazer uma observação, nobre Relator. Se possível, para que possamos avançar naquilo que é objeto desta Comissão, que fosse encaminhada para nós a relação de vítimas da violência dentro dos presídios, porque esses fatos é que são objeto da Comissão, e sobre eles vamos aprofundar a investigação. Então, considere-se a relação de vítimas, familiares que foram vítimas dentro do sistema prisional, que morreram dentro do sistema, que sofreram violência dentro do sistema, porque são essas pessoas que são objeto de investigação desta Comissão.

A violência fora do sistema prisional não é objeto desta Comissão. Poderemos até encaminhar essas informações a outras Comissões que têm essa competência, mas o que interessa para nós, o que é de nossa competência investigar são as violências e mortes ocorridas dentro das cadeias, delegacias, dentro do sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo, do Brasil.

Então, na hora do envio para a Comissão, que pudessem fazer uma triagem e enviassem só a relação das vítimas de violência dentro do sistema prisional.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar à Sra. Raimunda Batista e também à Sra. Maria das Graças se têm informações sobre a situação das mulheres encarceradas e a dos filhos das mulheres encarceradas. *(Pausa.)* Se a senhora puder ser bem sucinta...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Sim. Olha, das mulheres tivemos notícias, sim, porque visitamos o presídio em Linhares, e tinham ido várias pessoas, mulheres daqui do presídio de Tucum que foram para o presídio de Linhares. E lá recebemos várias denúncias, porque também sou do Conselho Estadual de Direitos Humanos e do Conselho da Mulher de Vitória. E essas mulheres fizeram, inclusive, uma denúncia de que uma moça foi espancada, e cortada com um caco do vaso, e foi assassinada; e os policiais militares que estavam lá não fizeram nada. Essa moça foi gritando, gritando e perdendo sangue até morrer. Morreu sem nenhum socorro. Inclusive, as detentas estavam revoltadas. O Sr. Isaías Santana estava do meu lado. Nós fizemos todas as fichas. Então, temos isso tudo. Foram várias as denúncias das presas. Isso em Colatina.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi a data? Qual foi o presídio? Aqui só há um presídio feminino?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Olha, esse que nós fomos... Fomos em 2 presídios. Nós fomos no primeiro presídio, de Colatina, que tinha um lado feminino, e o outro lado eram homens. Era junto. Só separava assim: em uma parte estavam as mulheres...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você pode informar a data?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Eu tenho, mas não trouxe isso agendado, porque eu não esperava que vocês iam fazer essa pergunta. Foi uma coisa muito rápida, eu soube disso hoje, por isso não trouxemos. Mas é só ligar para o Isaías Santana, porque ele tem tudo agendado. Tudo, tudo. Porque foi feito um relatório disso tudo. Porque fomos numa comissão de direitos humanos. Fui eu, o Isaías Santana, a Marta Falqueto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem algum documento? Saiu alguma matéria na imprensa?



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Não saiu nada. Nem a imprensa lá... não apareceu nada. Somente das presas mesmo, e que foi escrito à mão mesmo...

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - D. Graça, vocês colheram esse depoimento lá, e foi uma comissão de direitos humanos?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Foi uma comissão de direitos humanos.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - A senhora falou do presídio de Colatina e disse que passou também em Linhares...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Não, Linhares, não. Foi em Colatina mesmo, os 2 presídios. No primeiro, tinha as mulheres...

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Quando a senhora fala que o Isaías Santana tem, é o quê? É um depoimento?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - É. Nós fizemos um relatório.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Então, nós solicitamos que a senhora pegue cópia desse relatório e envie para a Comissão, por favor.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS NACORT - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A D. Raimunda Batista tem alguma informação sobre a situação das mulheres presas?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Não. Das mulheres eu não tenho porque eu não tenho nem tempo, Deputado, de sair. Tenho que trabalhar, como hoje mesmo trabalho na CESAM. E agradeço a Lelo Coimbra — nem ao Governador agradeço. Arrumou esse trabalho para mim. Foi na época que eu perdi a voz, fiquei com depressão. E o Coronel Nivaldo... Eu quero trabalhar. Fiquei dentro de casa por 3 meses porque perdi a voz. Nem posso falar muito, porque o choque foi muito grande. E agradeço ao meu querido Lelo Coimbra, que foi o que me deu a mão. Por isso que estou empregada. Eu conheço só a Detenção e a Casa de Passagem. Só isso eu posso falar, porque não gosto de mentira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem mais 2 filhos presos?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Não. Eu só tenho um. Inclusive, policiais...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como é o nome dele?



A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Paulo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Paulo de quê?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Paulo Ezequiel.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele está preso por quê?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Está na Casa de Passagem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi o crime?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Furto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desde quando?

A SRA. RAIMUNDA BATISTA - Mas ele é tão assim que, na mesma hora que ele rouba, se ele vê o senhor com um relógio... Quando usa uma droga — que não sou de mentira — e toma cachaça, ele tem verme de cachorro na cabeça, entendeu? Ele fica doidinho. Eu não sou de mentir. Então, foi preso. Está lá. Foi preso primeiro. Unificaram os processos dele. Agora, eu não sei por que o Ministério Público de Vila Velha... já tinha pago e deu mais. Ele só vai sair em 2010. O que eu quero é pedir a vocês, como já pedi ao coronel, uma clínica para poder internar ele. Ele é uma pessoa boa. Ele quebra 3 caçambas de pedra. O negócio é quando ele usa uma pedra de *crack* e toma uma cachaça. Eu não vou esconder. E policiais militares e civis disseram que, enquanto não matassem meus 3 filhos e eu, não sossegavam. Inclusive, tem queixa lá em Maruípe. Invadiram minha casa. Eu morava no Garrido. Como o Cláudio Vereza, eu moro de aluguel. Muita gente... o Prefeito de Vila Velha já me ajudou. Em Brasília, o direitos humanos, quando foram lá, Iriny, mandaram 10 mil reais para eu comprar uma casinha, mas esse dinheiro evaporou. Mas mais tem Deus para me dar do que o diabo para tirar. Eu tenho fé em Deus que vou ter minha casinha. Nem que eu entre hoje e amanhã eu morra. Porque tudo o que eu quero na minha vida é ter minha casa; tudo. Eu moro há 20 anos aqui em Vitória e não pude ainda comprar uma casa, porque eu ganho pouco. Mas esse pouco... O que é bom é a barriga da gente estando cheia. Meus móveis são todos velhos, mas não quero nada de ninguém. E na Casa de Passagem tem muita gente, sim. Os policiais atiram nos presos, tem tuberculoso lá, tem aidético lá, entenderam? Então, nós temos que separar isso. Gente aleijada por balas de policiais. À noite, quando estão dormindo, os policiais atiram. Teve um na casa de detenção — o que é verdade eu vou falar — que apareceu com uma pistola 380, o



Nil. Foi pra Viana. Como essa pistola ia entrar na detenção? Ele queria fugir e conseguiu essa pistola. Então, tem muita gente no presídio e na Casa de Passagem de Viana. Tem um aleijado lá, que se chama Tiago, que não pode nem andar, de muleta. Quando a choque chega lá, é preciso pegar ele ligeiro e sair correndo, porque a choque mete o pau. Agora, eu queria saber por que mandam aqueles homens todos ficarem nus, para baterem, não é, Dr. Roncalli? Tudo nu!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu agradeço.

Eu queria fazer umas perguntas ao Secretário e peço que o senhor anote, para respondê-las em bloco.

Gostaria que o senhor informasse qual é o perfil da população carcerária — bem rápido. Segundo: qual é o custo de implantação de uma vaga nos sistemas que o senhor tem aqui, no de segurança máxima, no de segurança média e no comum? Qual é o custo de manutenção de um preso? Gostaria que o senhor informasse qual é o percentual de presos que trabalham. E os que trabalham, qual é a atividade? Qual é o percentual dos presos que estudam? Há algum tipo de programa de apoio aos familiares dos presos? Qual é o percentual de reincidência? Gostaria que o senhor falasse sobre a saúde dos presos. O senhor informou na sua fala que há um sistema ainda embrionário. Qual é o percentual de pessoas com AIDS e tuberculose, já que um agente confessou estar com essa doença? Gostaria que o senhor informasse sobre os óbitos no sistema nos últimos anos.

Quanto à assessoria jurídica dos presos, o senhor tem dados? Faço essa pergunta à OAB e à Pastoral, na pessoa do Padre Xavier, sobre a questão da assessoria jurídica dos presos. Qual é o percentual de dativos, defensores? Há informações sobre se a deficiência tem implicado superlotação, uma vez que os juízes podem aplicar uma pena acima do que poderiam, realmente, aplicar?

Pergunto também à OAB se juízes e promotores agem de ofício nos processos e se visitam permanentemente ou mensalmente as penitenciárias.

Notei que há aqui quase 3 mil presos provisórios. Pergunto quais as causas de essas prisões provisórias serem em número superior às dos que já têm sentença, sobre os responsáveis e as conseqüências.

Também notei aqui pelos dados do DEPEN que há mais mulheres presas provisoriamente. Percentualmente, o número de mulheres em prisão provisória é



superior ao dos homens. Pergunto se há discriminação. E a que se atribui esse grande número de crimes praticados por mulheres ligados ao tráfico?

Fica a pergunta à Pastoral Carcerária e ao Secretário: das mulheres que estão ligadas ao tráfico e têm maridos ou parentes presos, qual o percentual de mulheres presas ao levarem tóxicos às delegacias? Há esses dados sobre mulheres que têm parentes ou maridos presos?

Pergunto ao Secretário se aqui funciona alguma organização criminosa, grupos organizados que operam dentro das penitenciárias. Há aqui alguma ramificação do PCC, do CBRC, do CDL ou de outros grupos? Se houver, quais são os líderes?

Pergunto tanto ao Secretário quanto ao representante da OAB, ao Ministério Público e ao Padre Xavier se há corrupção — além do casos citados — no sistema prisional do Espírito Santo.

Pergunto sobre a qualidade dos agentes e os seus salários. Qual é o salário dos agentes penitenciários? São concursados? Há incidência de mortes?

Pergunto ao Padre Xavier: na medida em que o senhor e a Pastoral Carcerária afirmam que há dificuldade de acesso para a prática religiosa, os senhores atribuem isso a uma preferência por alguma religião no sistema carcerário?

Eu queria que tanto a Pastoral como a OAB e o Padre Xavier informassem se o inquérito aberto contra a D. Isabel foi dirigido para desmoralizar a atividade de quem luta aqui pelos direitos humanos. Peço que discorram mais sobre essa afirmativa.

Pergunto a todos quais são as sugestões para melhorarmos o sistema carcerário.

Pergunto à OAB e à Pastoral Carcerária qual o nível de participação do Ministério Público e do Poder Judiciário na superlotação e nas conseqüências dessa situação, a exemplo dos presos provisórios. Os dados apresentam número elevado de prisões por furto simples, roubo simples e porte de armas, cujas penas não ultrapassam 4 anos. Indago se essa permanência de presos provisórios se dá em razão da fixação de penas acima do razoável e se isso contribui para o caos do sistema atualmente.



Quero perguntar ao representante da OAB: quando o senhor fala que é contra a privatização, essa posição se dá por cunho ideológico ou por temer irregularidades na privatização ou na terceirização? Se as irregularidades forem a razão, peço que o senhor dê informações mais precisas.

Pergunto ao Secretário quantos Institutos Médicos Legais há no Estado? Até que ponto a deficiência do Instituto Médico Legal compromete o processo investigatório e a punição dos responsáveis?

E pergunto ao Secretário, por último, qual é a sua opinião sobre esses relatos, tanto das representantes das mães quanto do representante da Polícia Civil.

Sr. Presidente, preferi fazer os questionamentos em bloco para evitar o pingue-pongue, em razão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A palavra está concedida ao Sr. André Luiz Moreira, representante da OAB.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA - Sr. Relator, primeiro, V.Exa. deve considerar que é muito difícil responder a primeira pergunta de forma categórica, porque isso implicaria levantamento de dados. Porém, quanto à primeira pergunta — sobre o número de defensores, dativos e advogados particulares, enfim, sobre a assessoria jurídica, de forma geral, que atua no sistema —, posso falar sobre 2 questões importantes.

No caso da Defensoria, quando se trata de execução provisória, a pessoa que ainda está sofrendo processo judicial para formação de culpa, a participação de advogados particulares e da Defensoria Pública é mais ou menos equilibrada. Mas ocorre o contrário na execução definitiva, pois basicamente se vê a atuação da Defensoria Pública. E temos uma peculiaridade no Estado do Espírito Santo, pois a Defensoria conta com pouco material humano, e os poucos que lá trabalham encontram dificuldades em lidar com o número de processos distribuídos. Havia denúncias antigas sobre defensores que, em parte pela incapacidade de atuar em todos os processos, em parte pela falta de responsabilidade com o cargo, compareciam a mais de uma audiência ao mesmo tempo, apenas, na verdade, assinando as atas ao final da audiência — obviamente, com a cumplicidade do juiz e do membro do Ministério Público, pois não poderia ocorrer de outra forma. É denúncia antiga, mas há registros de que essa prática vinha sendo adotada.



Mas o grande problema que a Defensoria enfrenta hoje, além da falta de material humano e de condições técnicas de funcionamento, é que a nossa Defensoria ainda não passou pelo processo de reformulação que a Constituição impôs, por meio da Emenda Constitucional nº 45. Ou seja, a Defensoria do Estado do Espírito Santo ainda não conta com uma lei complementar que lhe garanta autonomia financeira e administrativa, para que ela possa assumir a sua função institucional. Para mim, o problema mais grave na assistência judiciária é a falta de autonomia financeira e administrativa da Defensoria, o que precisa ser resolvido. A resolução desse problema está, inclusive, nas mãos desta Assembléia, pois há uma proposta de emenda constitucional tramitando nesse sentido. Então, basicamente, a Defensoria funciona na execução definitiva das penas, e ela infelizmente não tem condições de dar conta disso. Faz o trabalho como pode. Mas, no meu sentir, a tarefa é desenvolvida muito aquém do que precisamos.

E respondo a uma outra pergunta: os juízes trabalham de ofício. O Dr. César poderá explicar melhor, mas existe no Ministério Público um grupo para trabalhar nas execuções penais. Esse grupo faz as vezes do advogado. Inclusive encaminha requerimentos de benefícios. Por vezes, a solicitação vem direto de lá. Esse grupo tem funcionado dessa forma, o que também entendo ser ruim, pois, apesar de o Ministério Público ter a função de *custos legis*, por vezes é parte na ação penal. Na verdade, a melhor defesa para o apenado no processo de execução é feita pelo advogado da Defensoria Pública ou advogado contratado por ele. Mas por falta de condição financeira, por ser basicamente a população carente que sofre o processo de execução penal no Estado, ou por incapacidade da Defensoria, o Ministério Público acaba assumindo essa função.

O número de prisões provisórias está fundado numa lógica de execução provisória da pena. Essa é uma verdade em todos os Estados do País, e aqui não é diferente. O cidadão, sem uma defesa particular, ou muitas vezes com essa defesa, mas sem um advogado com estrutura que possa perseguir o inquérito ou o processo até o final, acaba sofrendo a execução provisória. E nessa execução provisória, como o sistema estadual de Justiça não consegue separar presos definitivos de presos provisórios, acontece essa permissividade toda no sistema. Inclusive eu digo que essa é uma característica do sistema daqui, que eu acho que



não é diferente do resto do País: é que o Estado hoje é o gestor da mão-de-obra do crime. Ele recruta e treina, dentro de um sistema presidiário perverso e desorganizado, que não respeita a Lei de Execuções Penais e não respeita a Constituição.

Acho que esse problema das mulheres relacionadas com o tráfico é um problema social. O tráfico virou saída para algumas famílias; o pequeno tráfico. E esse pequeno tráfico é tratado de uma forma muito severa pela legislação. Não se faz diferença do grande traficante para aquele que é o chamado avião. E depois que os maridos são presos, me parece — isso é uma avaliação muito mais geral, não é de casos particulares —, as mulheres entram na cadeia do tráfico para poder manter o mesmo nível de remuneração que os maridos talvez levassem através do tráfico.

Então uma coisa que a CPI pode tratar de forma contundente: tratar da questão do tráfico de drogas de forma diferenciada entre aquele que é o pequeno traficante e aquele que efetivamente ganha dinheiro com o tráfico. Isso é necessário. A gente tem que tratar isso. Acho que o agente penitenciário falou uma coisa importante: nós temos que agir com racionalidade. Se nós queremos acabar com o tráfico, nós não podemos desconsiderar o problema social e econômico que está por trás do tráfico.

Corrupção no sistema prisional. Nós temos informações, não de casos concretos, mas informações... Inclusive eu acho que isso saiu numa matéria do jornal. O próprio Secretário coloca que há entrada de telefones, há entrada de armas, mesmo nos momentos em que advogados e familiares estão tolhidos de ingressar no sistema, em que eles sofrem essas retaliações. E eu posso citar aqui um caso. Na Casa de Custódia de Viana, os advogados têm sido obrigados a marcar horário para atender os presos numa sala que é inadequada para o atendimento jurídico, porque não garante o atendimento pessoal nem reservado, porque são 4 biombos, onde um preso possivelmente ouve... Se tiver 2 pessoas ouvindo, um preso ouve o outro. Além de denúncias que nós já recebemos de advogados de que o policial, ou o agente penitenciário, ou o policial militar na guarda pede que se abra a porta para que a conversa entre o advogado e o preso seja fiscalizada. O Secretário tentou resolver isso, mas me parece que não foi feliz,



porque nós ainda recebemos denúncias dessa natureza, em relação aos advogados, em relação à prerrogativa.

Então a corrupção me parece que é quase inegável, porque continuam entrando coisas dentro do sistema penitenciário que não deveriam entrar, mesmo quando famílias e advogados têm dificuldade de acesso aos presos. E sempre se diz que é o advogado, é a família que leva, mas me parece que a experiência particular do Estado do Espírito Santo já comprovou o contrário.

Sobre a questão dos agentes, eu posso lembrar que, até o ano passado, 70% dos agentes eram cargos comissionados ou DTs. Isso era um problema sério, inclusive relativo a circular muita gente dentro do sistema e a pouco número de agentes com efetividade que poderiam inclusive receber os treinamentos necessários para o tratamento do preso.

A questão da prática religiosa na verdade está fundada numa portaria da Secretaria de Justiça. Essa portaria eu passei para os senhores naquela cópia que fiz. Tem cópia da portaria que proíbe o acesso religioso de forma temporária, mas que tem-se tornado permanente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria solicitar ao Dr. André em relação ao tempo. Foram feitas várias perguntas pelo Relator e algumas poderiam ser respondidas pelo Secretário. Que o Dr. André ficasse a cargo das respostas apenas das relacionadas à participação da OAB.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA - Pois é. Eu anotei as minhas, na verdade. Talvez eu tenha me... Mas o inquérito aberto contra a D. Isabel efetivamente foi para desmerecer o movimento de direitos humanos. Isso pelo momento em que ele aconteceu... porque existiam várias denúncias de que a D. Isabel tivesse feito isto ou aquilo, mas denúncias nunca concretas. Essas denúncias foram todas reunidas e, num determinado momento, conseguiram pegar uma situação que foi tratada. Inclusive é importante que V.Exas. percebam o seguinte: o processo que seguia em segredo de justiça, a investigação, foi requerido pela Secretaria de Segurança que o juiz liberasse o segredo. Liberou o segredo, isso foi publicado no jornal, e depois voltou a ter segredo de justiça. De forma que o advogado da D. Isabel só conseguiu acesso aos autos através de um mandado de segurança movido pela OAB. Então, é nítido que, qualquer que seja o motivo — e pode ser que seja real, mas não



sabemos, pode ser que ela estivesse envolvida efetivamente, muito embora eu não acredite, mas isso é uma possibilidade —, a forma com que foi conduzido o inquérito foi para que o movimento de direitos humanos se sentisse tolhido de continuar fazendo as denúncias que fazia. E D. Isabel era uma das principais fontes das informações de denúncia, tanto que se levanta, suspende-se o sigilo da investigação, dá-se notícia disso no jornal e depois se volta o sigilo. Inclusive o advogado tem aí meses a fio tentando conseguir... Só conseguiu depois da intervenção da OAB.

Queria dizer que a questão da privatização não é ideológica, é técnico-jurídica. Outros... muitos técnicos de direito já definem qual é o marco da privatização dentro do sistema. Dizem: isso pode ser privatizado, isso não pode. Inclusive o Dr. Maurício Kuehne tem uma posição muito clara sobre isso, quais são os serviços que podem ser privatizados e quais não podem. Quer dizer, o serviço de custódia, o serviço de correção mesmo das infrações praticadas pelo preso, isso não pode ser privatizado, isso seria o Estado abrir mão daquilo que é fundamental e que é essencial no Estado, que são essas funções tipicamente públicas. Então, nós não somos contra a privatização no todo, mas sim privatização daquelas que são atividades-fim do Estado: execução da pena, custódia e disciplina. Isso não pode.

Bem, a resposta ao que fazer: aplicação da Lei Penal e da Constituição Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, eu só peço licença ao senhor porque o vôo foi antecipado para as 8 horas e eu lhe peço autorização, em primeiro lugar, para lhe cumprimentar pelo belíssimo trabalho que o senhor está fazendo na Presidência da CPI. E eu, como um servo seu na CPI, estou aqui. Vim aqui ao Espírito Santo para verificarmos as condições da arquitetura prisional, que é a minha parte. Sou arquiteto e Deputado Federal. E aqui nós pudemos constatar um bom exemplo de arquitetura, que é o presídio de segurança máxima. Evidentemente, merece elogios aquela obra. E evidente que a outra, fora de... sem palavras, nós sabemos que é aquela arquitetura que vinha sendo praticada no País, que nós temos que acabar com aquele tipo de arquitetura, com vários problemas, buraco, grade, aquecedores, um monte de coisa que a gente viu dentro da prisão. Então, eu agradeço. Trouxemos aqui o engenheiro Natanael, que nos seguiu, o



arquiteto Hermes, que andou conosco aqui e pegou o vírus, não é, Natanael, da arquitetura do sistema prisional. Então, cumprimento vocês pelo trabalho e peço desculpas pela saída rápida daqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Luiz Carlos Busato.

Eu vou passar a palavra ao Secretário Roncalli, para que possa fazer uso da mesma, antes de o Deputado Domingos Dutra se ausentar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu só pediria que V.Exa., enquanto ele responde, fizesse contato pessoal com a aeronave. Eu gostaria muito de ficar aqui até a noite inteira, mas como tem horário e tem controle que nos escapa — nós vamos juntos —, que V.Exa. pudesse fazer esse contato para eu poder ouvir a explanação do Secretário, que deve ser bastante longa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Secretário Ângelo Roncalli.

O SR. ÂNGELO RONCALLI RAMOS BARROS - Eu ia aproveitar para poder fazer uma brincadeira com o Deputado que é arquiteto. Quando eu cheguei aqui ao Estado do Espírito Santo, eu numa entrevista falei que arquiteto e engenheiro não sabiam projetar prisões. E eu repeti isso várias vezes na minha vida profissional na área prisional, inclusive no próprio Ministério da Justiça, quando busquei o apoio do Conselho Federal de Engenharia para que a gente pudesse discutir prisões. E fui mal interpretado, porque imediatamente houve uma reação do Conselho. Depois, eu estive lá e expliquei o que eu estava falando.

Na realidade, a arquitetura prisional... E o Natanael conhece muito bem, porque se profissionalizou. Vivenciando o sistema prisional aprendeu a construir prisões. Mas a arquitetura prisional não é discutida dentro das nossas universidades. Mais recentemente, o Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul começaram a incluir a disciplina. Eu me recordo muito bem, porque o presidente do Conselho Federal, que era lá de Santa Catarina, disse: *“Olha, eu sou professor de arquitetura há 30 anos e nunca discuti com os meus alunos a arquitetura prisional”*. Demonstra o quanto esse assunto tinha pouca importância no dia-a-dia da nossa sociedade, porque não era discutido.



Mas, Natanael, foi um prazer estar com você, você que... Nós trabalhamos juntos quanto tempo na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Deputado, muitas das causas dos diversos problemas relatados aqui estão na arquitetura prisional. Quando, por exemplo, o Dr. André, da OAB, que acabou de sair, falou da dificuldade dos advogados, é verdade. Eu tenho feito um exercício de atender ligações da nossa Ordem dos Advogados do Brasil quando há dificuldades dos nossos advogados...

(A gravação é interrompida.)